

Mercado de Capitais

Cotação Ação PN 31/03/2018

CLSC4 R$26,60/ação

Variação no 1T18

CLSC4: -1,84%

Ibovespa: 11,73%

Valor de Mercado em 31/03/2018

BRL 1.158,0 MM

USD 353,0 MM

Free Float: 75,5%

Outros Indicadores em 31/03/2018

Dívida Líq/EBITDA Aj 12M (Grupo):	0,2x
LPA 1T18 (R$/ação):	1,84
VPA (R$/ação):	49,17
Cot./VPA:	0,5x

Florianópolis – Santa Catarina, **15 de maio de 2018** – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA - Celesc (BM&FBOVESPA: CLSC3, CLSC4; OTC: CEDWY), *holding* do setor de energia, com atuação nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica e distribuição de gás natural, anuncia os resultados do **primeiro trimestre de 2018 (1T18)**. As informações financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de Reais (R$ milhões) de **31 de março de 2018** e foram preparadas de acordo com as regras contábeis brasileiras decorrentes da aplicação efetiva das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS).

Primeiro trimestre com Lucro Líquido positivo em R$71 milhões

Desempenho reflete recuperação econômica na área de concessão

Principais Destaques:

- ✓ Total de Energia Faturada, na área de concessão da CELESC D, somou 6.318 GWh com destaque para a classe de consumidores industriais que cresceu 5,5% em relação ao 1T17 totalizando 2.394 GWh;
- ✓ Indicadores de qualidade do serviço: DEC somou 3,12 horas (redução de 12,8%) e o FEC foi de 2,12 vezes (diminuição de 12,7%) nos três primeiros meses de 2018;
- ✓ A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R$1,7 bilhões no trimestre, aumento de 16,3%;
- ✓ Os gastos com energia (custos não gerenciáveis) aumentaram 25,9% (+R$264 milhões) no 1T18 comparado ao 1T17;
- ✓ Os gastos com Pessoal tiveram recuo de 4% (-R$6,3 milhões) no período;
- ✓ Lucro Líquido Consolidado de R$71,0 milhões (queda de 30,2%), sendo que a subsidiária Celesc D somou R$57,4 milhões (diminuição de 39,7%) e a subsidiária Celesc Geração R$14,7 milhões (aumento de 47,1%);
- ✓ EBITDA Consolidado de R$191,9 milhões (queda 10,5%), sendo que a subsidiária Celesc D somou R$167,6 milhões (diminuição de 14,8%) e a Celesc Geração R$25,3 milhões (aumento de 11,5%);
- ✓ O Grupo Celesc encerrou o período com Dívida Líquida Consolidada de R$108,9 milhões, o equivalente a 0,2x o EBITDA Ajustado 12M;
- ✓ Os investimentos realizados em distribuição e geração de energia elétrica totalizaram R$106,2 milhões, sendo R$100,5 milhões em distribuição e R$5,7 milhões em geração; e
- ✓ As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) variaram negativamente 1,84% no trimestre, contudo no acumulado doze meses apresenta valorização 45,43%.

Principais Resultados	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Indicadores Operacionais			
Celesc Distribuição - Energia Distribuída Total (GWh)	6.318	6.318	*0,0%*
Celesc Geração - Energia Faturada (GWh)	173	184	*6,5%*
SCGÁS - Volume de Gás Vendido (mil/m³)	153.121	166.729	*8,9%*
Indicadores Financeiros - Consolidado (R$ Milhões)			
Receita Operacional Bruta	2.626,8	2.937,6	*11,8%*
Receita Operacional Líquida (excluindo Receita de Construção)	1.445,2	1.680,4	*16,3%*
Custos e Despesas Operacionais	(1.381,3)	(1.640,7)	*18,8%*
EBITDA (IFRS)	**214,5**	**191,9**	***-10,5%***
Margem EBITDA (IFRS)	***14,8%***	***11,4%***	
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	214,5	191,9	*-10,5%*
Margem EBITDA Ajustado	14,8%	*11,4%*	
Lucro Líquido (IFRS)	**101,7**	**71,0**	***-30,2%***
Margem Líquida	**7,0%**	***4,2%***	
Lucro Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	101,7	71,0	*-30,2%*
Margem Líquida Ajustada	7,0%	*4,2%*	
Investimentos Realizados em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	104,3	106,2	*1,8%*

DISCLAIMER

As informações contidas neste *Release de Resultados* poderão incluir declarações que representem expectativas sobre negócios da Companhia, projeções e metas operacionais e financeiras. Eventuais declarações dessa natureza constituem-se em meras previsões baseadas nas expectativas da administração que poderá não se concretizar e não são garantia do desempenho futuro da Companhia.

As referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais.

Cabe ressaltar ainda que as estimativas e projeções referem-se à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer destas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, ressalvadas a regulamentação vigente a que nos submetemos.

Dessa forma, nenhum dos representantes da Companhia, assessores ou partes relacionadas poderá ser responsabilizado por qualquer decisão decorrente da utilização do conteúdo deste documento. As informações constantes do presente material não devem ser interpretadas como oferta, convite ou solicitação de oferta de subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários, nem constituem a base de um contrato ou compromisso de qualquer espécie.

ÍNDICE

1 – Introdução 3
2.1 – Celesc Distribuição S.A. 9
2.1.1 – Desempenho Operacional 9
2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro 13
2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A. 26
2.2 – Celesc Geração 22
2.2.1 – Desempenho Operacional 32
2.2.2 – Desempenho Financeiro 32
2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A. 38
2.3 – SCGÁS 39
2.3.1 – Desempenho Operacional 39
2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro 40
4 – Demais Participações 43
3 – Holding 44
3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora 44
3.2 – Dividendos 44
4 – Resultado Consolidado 44
4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado 44
5 – Desempenho no Mercado de Capitais 49
ANEXOS 59

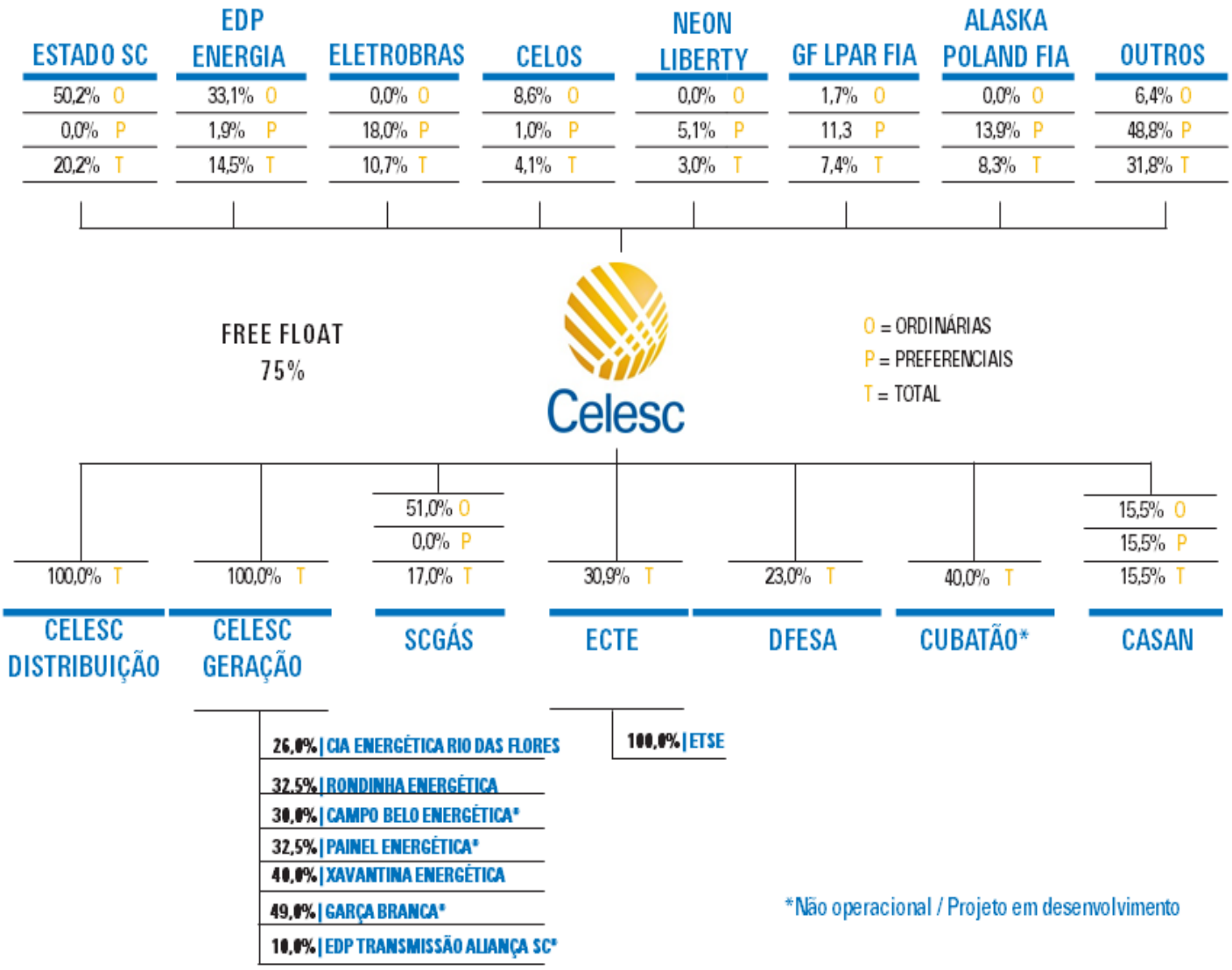
1 – Visão Geral

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais - a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A. Além disso, detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total.

Estrutura Acionária e Societária da CELESC

Março – 2018



Conforme Fato Relevante Aquisição de Participação Acionária pela EDP publicado pela companhia em 20/12/2017, a EDP - Energias do Brasil S.A adquiriu 33,1% das ações ordinárias e 1,9% das ações preferenciais da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, somando 14,5% do total das ações da Celesc. A operação teve aprovação do Conselho Administrativo de Defesa

Econômica – CADE e da Superintendência Nacional de Predidência Complementar – PREVIC, sendo concluída em 21 de março de 2017.

Destaca-se no trimestre a divulgação do Edital de Oferta Pública Voluntária ("OPA Voluntária") em 27/03/2018, nos termos da Lei das S.A e do artigo 31 da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, para adquirir até 7.374.000 (sete milhões, trezentas e setenta e quatro mil) ações PNs de emissão da Companhia em circulação no mercado ("Ações Objeto da OPA"), ao preço de R$27,00 (vinte e sete reais) por ação, que correspondem, a até 32,0% (trinta e dois por cento) do total das ações PNs de emissão da CELESC.

No leilão da OPA realizado em 26 de abril de 2018, às 16h, horário de São Paulo, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento BOVESPA da B3, foram adquiridas 1.990.013 ações PNs pelo preço de R$ 27,00 (vinte e sete reais) cada, totalizando o valor de R$ 53.730.351,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e um reais). Após a liquidação das compras realizadas no Leilão, ocorrida em 02 de maio de 2018, a EDP passou a deter 2.427.820 ações PNs, que somadas a 5.140.868 ações ONs, representam 19,62% do capital social da CELESC.

Subsidiárias Integrais

Celesc Distribuição S.A.

A empresa leva energia para mais de 2,8 milhões de unidades consumidoras localizadas em 264 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses.

A Celesc Distribuição é a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras[1]. Mensalmente, a empresa distribui mais de 1,8 milhões de MWh e seu faturamento bruto anual alcançou a casa de R$11,3 bilhões em 2017.



Celesc Geração S.A.[2]

A Celesc Geração é a subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de março de 2018, a empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 usinas, sendo 08 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e 04 Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs. Além disso, a empresa detém participação minoritária em mais 08 PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedades de Propósito Específico - SPE. A capacidade total de geração da Celesc Geração em operação no período foi de 114,8 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 8,05

[1] Fonte: www.aneel.gov.br (Informações Gerenciais – Dezembro/17).
[2] Maiores detalhamentos dos aspectos regulatórios e jurídicos relevantes que envolvem os empreendimentos da Companhia estão disponíveis no item 2.2.3 deste Release.

MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada à participação acionária da Celesc Geração nestes empreendimentos. O quadro a seguir, apresenta as principais características das usinas 100% da Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
PCH Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
PCH Garcia	Angelina/SC	05/01/2046	8,92	7,10	70%
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	**	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	**	0,52	0,50	N/A
CGH Piraí	Joinville/SC	**	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	**	0,42	0,22	N/A
Total - MW			**106,97**	**67,19**	

* Usina passará a ser CGH após vencimento da concessão;

** Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (lei 13.360/16).

A empresa participa de Sociedades de Propósito Específico que viabilizam novos empreendimentos na qual a Celesc Geração detém participação minoritária. A seguir estão as principais características dos empreendimentos que já estão em operação:

Empreendimentos em operação | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW			**25,28**	**14,30**		**8,05**	**4,57**

Nos últimos anos, norteada pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas abaixo apresentam outros empreendimentos em desenvolvimento pela companhia e os respectivos estágios. Quanto a garantia física (nova ou incremental), a companhia busca obter em média 55% de fator de capacidade da usina total após ampliação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares:

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém 100%

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	7,20	12,82	N/D	Revisão Projeto
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,70	29,98	N/D**	Análise na ANEEL
PCH Cedros Etapa 1	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	3,50	11,90	N/D**	Inventário
PCH Cedros Etapa 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	1,00	9,40	N/D**	Inventário
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D**	Inventário
CGH Maruim	São José/SC	*	1,40	1,40	1,40	N/D	N/A
Total - MW			**44,90**	**37,55**	**82,45**		

* Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

** Depende de trâmites regulatórios.

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	32,5%	2,99	N/D	Revisão Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	30,0%	2,99	N/D	Revisão Projeto
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	49,0%	3,19	1S18	Iniciada no 1S15
Total - MW			**25,65**		**9,16**		

Todas as usinas do parque gerador próprio e todas as usinas em parceria em operação participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

Como divulgado no Comunicado ao Mercado em 24.04.2017, o Consórcio Aliança, formado pela EDP - Energias do Brasil, com participação de 90,00%, e pela Celesc Geração, com participação de 10,00%, venceu a disputa pelo lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à Licitação para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, que aconteceu na B3, ao oferecer um deságio de 34,99%, ou uma proposta de receita anual permitida (RAP) de R$ 171,824 milhões, ante o valor máximo de R$264,343 milhões estabelecido pela Aneel. As condições obtidas no leilão resultam em uma rentabilidade de 12% real acionista, acima da meta estabelecida no Plano Diretor da Companhia (10%).

O Lote 21 foi o terceiro maior projeto ofertado no leilão, e demanda investimentos previstos são da ordem de R$ 1,125 bilhão. É composto por diversas instalações no estado de Santa Catarina, incluindo três linhas de transmissão de 525 kV (Abdon Batista - Siderópolis 2, com 261 quilômetros; Biguaçu - Siderópolis 2, com 149 quilômetros; e Campos Novos - Abdon Batista, com 39 quilômetros); duas linhas de 230 kV (Siderópolis 2 - Forquilhinha, com 28 quilômetros; e Siderópolis 2 - Siderópolis, com 7,5 quilômetros), além da subestação 525/230 kV Siderópolis 2, abrangendo 28 municípios catarinenses. As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

A SPE SC Transmissão Aliança SC foi constituída em Julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em Agosto de 2017. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento ambiental e tratativas fundiárias.

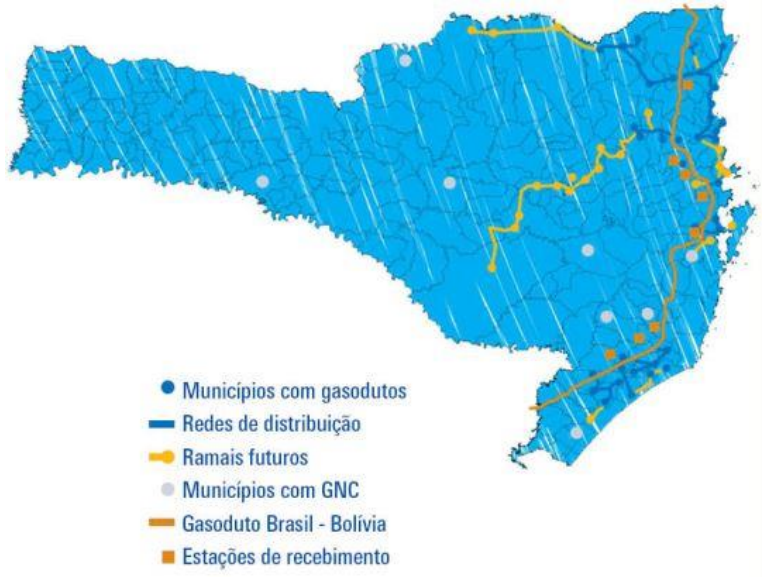
A tabela abaixo resume as principais informações do empreendimento:

TRANSMISSORA	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data prevista de entrada em operação	STATUS
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	485	1	11/08/2022	Licenciamentos

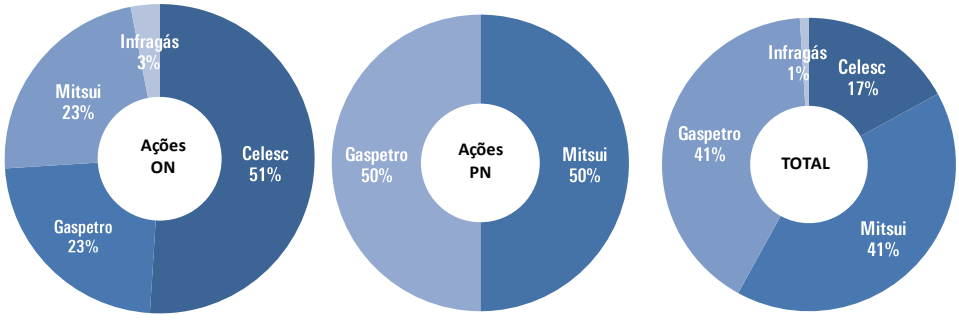
Controlada

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS

A SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3° Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.134,8 quilômetros) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (227), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (134).



Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural para cerca de 12,1 mil clientes. A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). Abaixo gráfico da participação da Celesc na SCGás sendo 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total.



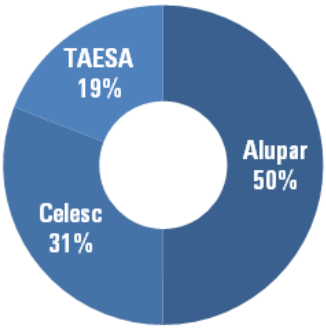
Destaca-se que em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entraram com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás S.A., questionando alteração no capital social e o Acordo de Acionistas firmado em 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

Em 2016, conforme Comunicado ao Mercado de 13 de Junho – DECISÃO TCE – DEVOLUÇÃO PARTICIPAÇÃO SCGÁS, a Companhia tomou conhecimento da Decisão n. 0129/2016 do Pleno do tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, onde no seu item 6.7. reza: "Determinar ao Governo do Estado e à CELESC que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas – DOTC-e, adotem providências no sentido de retornarem ao Estado de Santa Catarina as 1.827.415(um, milhão, oitocentas e vinte e sete mil e quatrocentas e quinze) ações ordinárias de emissão da SCGás vendidas à Celesc em 05 de junho de 2007, nas mesmas condições e valores originalmente transacionados, R$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões), atualizados monetariamente , comprovando o cumprimento dessa Decisão em 30 (trinta) dias a este Tribunal (item 2.3 do Relatório DCE); (.....)". Diante da proferida Decisão, a Companhia interpôs recurso de reexame da Decisão n. 129/2016 na Corte de Contas, com efeito suspensivo, uma vez entende que restou devidamente demonstrada regularidade/legalidade da venda das ações por parte do Estado de Santa Catarina à CELESC, constituindo-se a mesma em ato jurídico perfeito e acabado, realizado à luz da legislação vigente à época de sua realização, inexistindo qualquer ofensa aos princípios da motivação do ato administrativo, conflito de interesse ou do interesse público.

Demais Participações

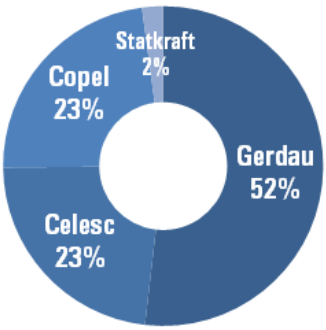
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro de 2011, ampliando seus negócios, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV), através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro e março de 2015, respectivamente. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detêm 30,88% do Capital Social da Empresa, conforme gráfico abaixo:



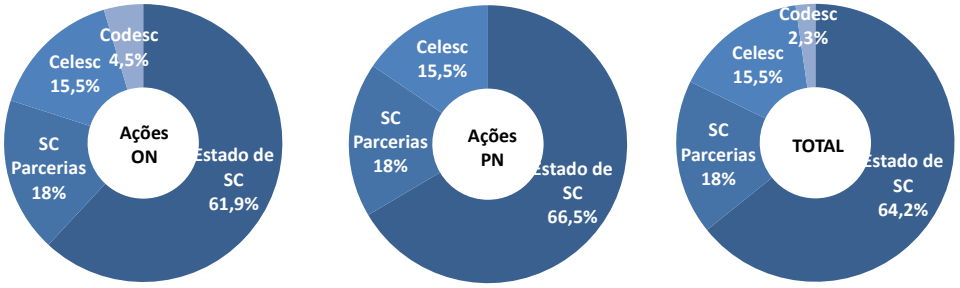
Dona Francisca Energética S.A – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do Capital Social da empresa, conforme gráfico abaixo:



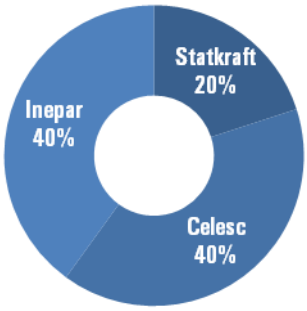
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em suas áreas de concessões (municipal). Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 197 municípios catarinenses e 1 no Paraná, atendendo uma população de 2,8 milhões de consumidores com água tratada e 587 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário.
A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social total da Empresa, conforme gráfico abaixo:



Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico constituída em 1996 para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville (SC), com potência instalada de 50MW. Com o histórico dos entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, conforme abaixo:



2.1 – Celesc Distribuição S.A.

2.1.1 – Desempenho Operacional

Mercado de energia elétrica em Santa Catarina

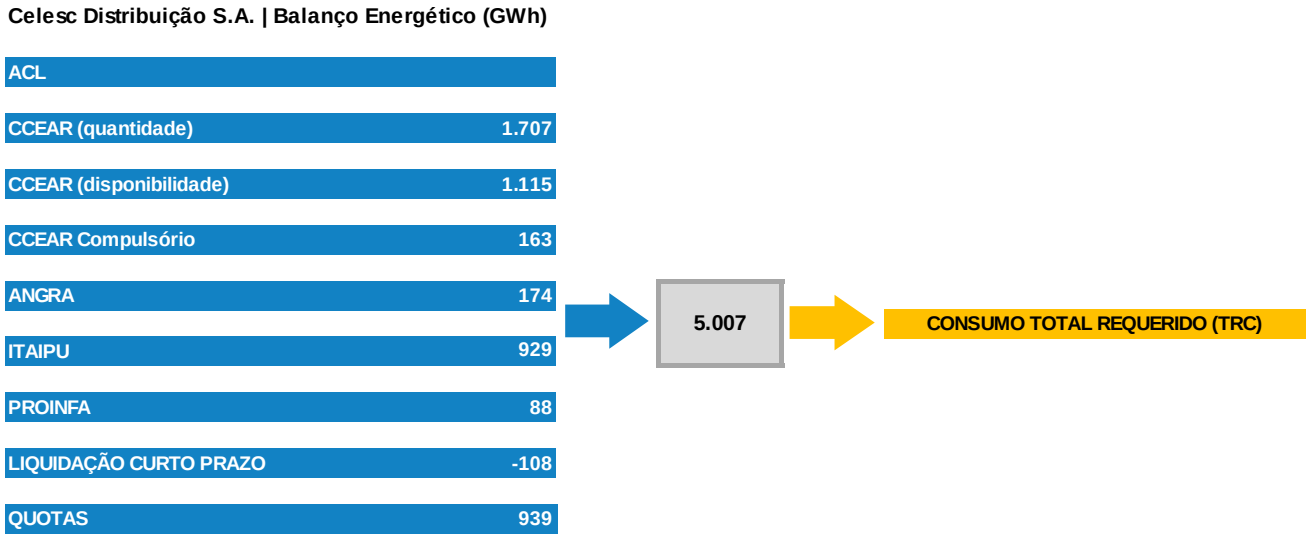
		Ano	1T18
Carga Brasil (GWh)*		2018	149.594
		2017	149.011
	Δ		0,4%
Carga Sul (GWh)		2018	26.413
		2017	26.485
	Δ		-0,3%
Carga Celesc Distribuição S.A. (GWh)**		2018	7.093
		2017	7.161
	Δ		-1,0%

Fonte: ONS / Celesc D
* Referente ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
** Energia Injetada no sistema de distribuição da concessionária.

A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga do Mercado Cativo, as perdas do sistema elétrico, carga de consumidores livres, unidades de consumo de autoprodutores e de produtores independentes conectados a sua rede.

Balanço de Energia Elétrica

Podemos resumir o TRC (*total required consumed)* como a carga total (medida), retirando a energia de consumidores livres (medida) e adicionando as perdas totais (interna e rede básica). No primeiro trimestre de 2018 foram contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE 59,6% (2.985 GWh) de contratos CCEARs (modalidades quantidade e disponibilidade), 18,6% (929 GWh) Itaipu, e 18,7% (939 GWh) Quotas, e 3,1% (154 GWh) outros.



De acordo com a regulação do sistema elétrico, as Distribuidoras devem ter nível de contratação dentro do limite regulatório (atualmente entre 100% e 105% de sobrecontratação), sendo que a contratação dentro desse limite tem repasse tarifário integral, com a contrapartida contabilizada como ativo financeiro setorial. O montante que ficar fora da faixa regulatória, e que seja considerado voluntário pelo regulador, é risco da distribuidora. O nível de contratação da companhia, no primeiro trimestre de 2018, foi de 102,51%, portanto, dentro da faixa de 100% e 105, garantindo assim o repasse integral à tarifa dos custos com energia comprada.

Energia Faturada[3]

[3] A partir do 4T17 a energia distribuída considerada é a faturada, sendo que nos trimestres anteriores consideravamos a energia medida.

Celesc Distribuição S.A. | Energia Distribuída por Classe de Consumo (em GWh)

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo (GWh)		
	mar/17	mar/18	Δ	1T17	1T18	Δ
Mercado Cativo	**2.853.384**	**2.920.056**	**2,3%**	**4.442**	**4.258**	**-4,1%**
Residencial	2.232.844	2.289.794	2,6%	1.691	1.588	-6,1%
Industrial	102.132	103.782	1,6%	648	616	-4,9%
Comercial	257.030	264.890	3,1%	963	902	-6,4%
Rural	234.954	234.609	-0,1%	390	397	1,8%
Demais Classes	26.424	26.981	2,1%	750	755	0,7%
Poder Público	22.473	22.910	1,9%	117	113	-3,4%
Iluminação Pública	690	754	9,3%	158	164	3,7%
Serviço Público	3.231	3.285	1,7%	91	92	0,8%
Suprimento de Energia	30	32	6,7%	383	386	0,6%
Consumidores Livres	**736**	**842**	**14,4%**	**1.872**	**2.057**	**9,9%**
Industrial	459	520	13,3%	1.621	1.778	9,7%
Comercial	246	293	19,1%	192	221	15,2%
Rural	5	7	40,0%	10	14	36,4%
Suprimento*	26	22	-15,4%	49	43	-11,0%
Mercado Total	**2.854.504**	**2.921.278**	**2,3%**	**6.318**	**6.318**	**0,0%**
Residencial	2.232.844	2.289.794	2,6%	1.691	1.588	-6,1%
Industrial	102.591	104.302	1,7%	2.269	2.394	5,5%
Comercial	257.276	265.183	3,1%	1.155	1.123	-2,8%
Rural	234.959	234.616	-0,1%	400	411	2,7%
Demais Classes	26.450	27.003	2,1%	799	799	0,0%
Consumo Próprio	384	380	-1,0%	4	3	-23,4%

*Passível de recontabilização pela CCEE.

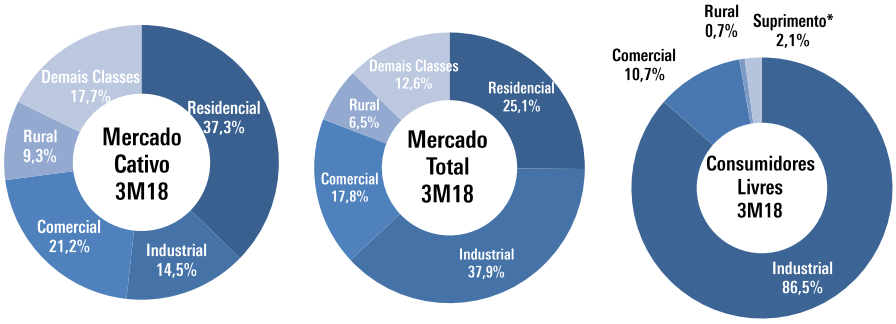
Conforme tabela acima, a energia fornecida para o Mercado Cativo teve queda de 4,1% no trimestre relativamente ao primeiro trimestre de 2017, atingindo 4.258 GWh, desempenho influenciado diretamente pela diminuição da classe residencial (6,1%), Industrial (4,9%) e Comercial (6,4%).

O Mercado Livre[4], conforme movimento ocorrido ao longo de 2015, que se repetiu em de 2016 e também em 2017, apresentou elevação de 9,9% (+184 GWh) no trimestre, devido ao aumento do número de consumidores livres, registrando 842 consumidores livres em março de 2018, incremento de 106 unidades (+14%) em comparação ao 3M18, quando registrava 736 consumidores livres, e 19 em comparação ao 12M17 ocasião em que assinalava 823 consumidores livres.

Em março de 2017 o Mercado Cativo representava 70,3% da energia total distribuída e o Mercado Livre 29,7%. Já em março de 2018 o Mercado Cativo representa 67,4% da energia total distribuída da área de concessão da Celesc Distribuição e o Mercado Livre 32,6%. A migração do Mercado Cativo para o livre é uma liberalidade do consumidor, não impactando economicamente no resultado da distribuidora visto que toda energia migrada é passível de descontratação ou considerada como sobra involuntária, e a receita da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD permanece inalterada, pois o consumidor continua pagando pelo serviço.

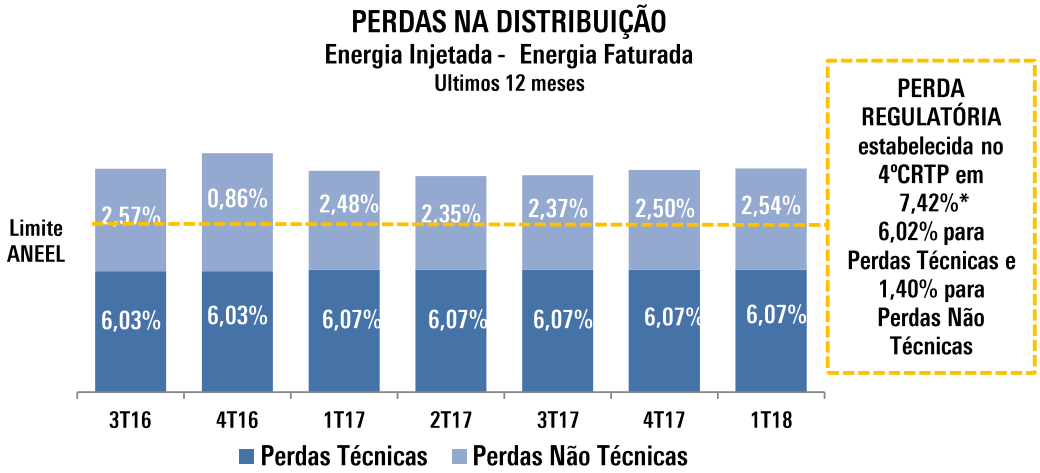
O gráfico abaixo apresenta a participação de cada classe de consumo no Mercado Cativo, entre os consumidores livres e no mercado total (cativo + livre):

[4] Os atuais critérios de migração para o Mercado Livre foram estabelecidos em 1998, pela Lei no 9.648/1998, que criou dois grupos de consumidores aptos a escolher seu fornecedor de energia elétrica. Consumidores Livres: Este grupo é composto pelas unidades consumidoras com carga maior ou igual a 3.000 kW. Estes consumidores podem comprar energia de qualquer agente de geração ou comercialização de energia. Consumidores Especiais : Este grupo é composto pelas unidades consumidoras com demanda maior ou igual que 500 kW atendidos em qualquer tensão, também podem escolher seu fornecedor, mas seu leque de escolha está restrito à energia oriunda das chamadas fontes incentivadas (empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1 MW - CGH's, Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's, usinas solares, eólicas, biomassa e cogeração qualificada com potência de até 30 MW).



Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição (4CRT), a perda regulatória da distribuição foi estimada em 7,42% sobre a energia injetada no sistema de distribuição da concessionária. Desse total, 6,02% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,40% de perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até maço de 2018, as perdas globais representaram 8,61% de energia injetada sendo 6,07% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando assim a média móvel de 12 meses, e 2,54% correspondem às perdas não técnicas, apurada por diferença. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Companhia:



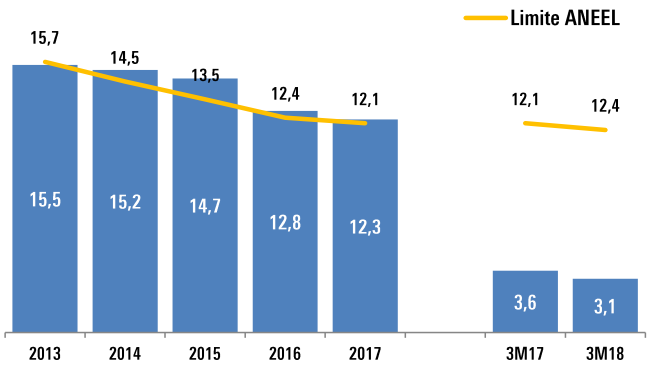
Desta forma, as perdas totais ficaram 1,19% acima do limite coberto pela tarifa, perfazendo um valor estimado sem cobertura tarifária acumulada de janeiro a março de R$19,9 milhões (R$4,5 milhões menor que no 1T17, R$ 24,3 milhões), sendo R$2,2 milhões de perdas técnicas, R$17 milhões de perdas não técnicas e R$0,7 milhões de perdas na rede básica.

A companhia executa de forma contínua força tarefa no sentido de reduzir e recuperar estas perdas, atuando para sua detecção, identificando os casos de suspeita de irregularidade por meio de algoritmo (verificação online), procedimento continuo e focado na identificação de casos de fraude e/ou deficiência técnica, além de integração de sistemas corporativos, revisão de processos de trabalho (metas de fiscalização), implantação de sistemas antifurto e regularização das ligações clandestinas, visando convergir aos limites regulatórios dentro do atual ciclo tarifário.

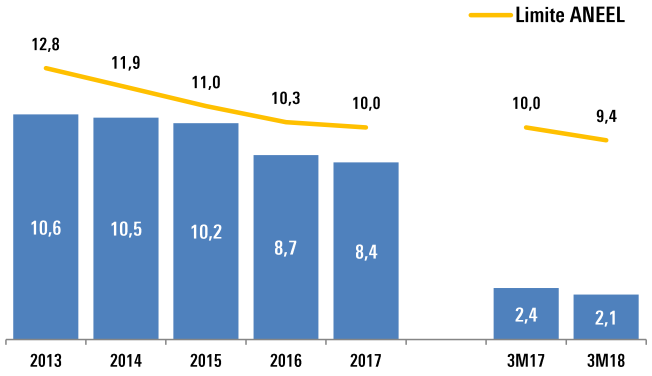
Qualidade da Energia Elétrica

O índice DEC (duração média das interrupções por unidade consumidora) da Celesc Distribuição S.A. foi de 3,12 horas no primeiro trimestre de 2018, valor 12,8% abaixo do verificado no primeiro trimestre de 2017, o que equivale a 25% do limite estabelecido pela ANEEL para 2018. Neste mesmo período, o FEC (número de interrupções por unidade consumidora) apresentou queda de 12,7%, representando 2,12 interrupções, o que equivale a 22,3% do limite regulatório estabelecido para 2018 neste indicador.

DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE POR CONSUMIDOR
(horas ponderadas)



FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE POR CONSUMIDOR
(número de vezes)



Observando os critérios definidos no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST, que estabelece todos os anos, para as Distribuidoras, limites para os indicadores globais de interrupção (DEC e FEC), sendo que a violação dos limites individuais (DIC, FIC e DMIC) gera compensação por parte das distribuidoras aos consumidores afetados, ocorrendo de forma automática via crédito na fatura em até dois meses após o período de apuração. No primeiro trimestre de 2018 a violação dos indicadores de qualidade em sua forma individual geraram créditos ao consumidor no valor de R$3,9 milhões para Celesc Distribuição, 13% superior ao registrado no primeiro trimestre de 2017 quando assinalou R$3,45 milhõies.

No caso do descumprimento das metas globais anuais do DEC ou FEC por dois anos consecutivos ou três vezes em cincos anos, contados a partir do ano civil subsequente à data de celebração do contrato ou termo aditivo ao contrato de concessão, a concessionária fica proibida de distribuir aos acionistas dividendos ou realizar pagamento de juros sobre o capital próprio – JCP, quando esses valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido. A limitação à distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio vigora a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento, permanecendo até que os parâmetros regulatórios sejam performados (Resolução Normativa nº 747 de 2016). Desta forma, como a Companhia descumpriu as metas globais do DEC nos anos de 2016 e 2017, está limitada a distribuição de dividendos e/ou JCP no mínimo legal, 25%.

2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro

Celesc Distribuição S.A. | Principais Indicadores Financeiros (IFRS)

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	**2.591,8**	**2.900,6**	***11,9%***
Deduções da Receita Operacional	(1.084,1)	(1.159,0)	*6,9%*
Receita Operacional Líquida	**1.507,7**	**1.741,6**	***15,5%***
Custos e Despesas Operacionais	(1.360,3)	(1.625,4)	*19,5%*
Custos com Energia Elétrica	*(1.015,0)*	*(1.277,8)*	*25,9%*
Despesas Operacionais	*(345,4)*	*(347,6)*	*0,6%*
Resultado das Atividades	**147,4**	**116,3**	***-21,1%***
EBITDA	**196,7**	**167,6**	*-14,8%*
Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)	*13,9%*	*10,2%*	
Resultado Financeiro	**6,6**	**(18,5)**	***-379,8%***
LAIR	**154,0**	**97,7**	***-36,5%***
IR/CSLL	(58,8)	(40,3)	
Lucro/Prejuízo Líquido	**95,2**	**57,4**	***-39,7%***
Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)	*6,7%*	*3,5%*	

Destaques do Resultado

Os principais destaques no resultado da Celesc Distribuição no período foram:

i. Aumento expressivo de 11,9% na ROB (Receita Operacional Bruta) no trimestre, resultado do efeito positivo do ativo regulatório comparativamento com 1T17, aumento de Doações e Subvençõess e também da Receita com TUSD (Reclassificado no 1T18);

ii. A ROL (Receita Operacional Liquida) apresentou alta de 15,5% (+R$233,9 milhões) no trimestre decorrente dos mesmos motivos citados acima;

iii. Aumento de 25,9% nos custos com energia decorrente, principalmente, do aumento dos encargos de uso da rede elétrica;

iv. O EBITDA assinalou recuo de 14,8% no trimestre, impactado principalmente pela estabilidade do consumo e consequente redução no ganho estimado de parcela B[5], que no 1T17 foi de R$68 milhões e em 2018 foi de apenas R$16,1 milhões);

v. O Resultado Financeiro foi negativo no trimestre em R$18,5 milhões influenciado pela queda de receita das aplicações financeiras e da despesas financeira de atualização da CDE;

vi. O Lucro líquido foi positivo em R$57,4 milhões decorrente dos motivos expostos acima.

Considerando que a companhia não apresentou efeitos não recorrentes nos trimestres, tanto o EBITDA e o Lucro IFRS foram similares ao EBITDA e Lucro ajustado.

Celesc Distribuição S.A. | Resultado Ajustado*

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
EBITDA Ajustado	196,7	167,6	*-14,8%*
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	*13,9%*	*10,2%*	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	95,2	57,4	*-39,7%*
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	*6,7%*	*3,5%*	

** IFRS - Itens Não-Recorrentes. Cálculo das margens excluem Receita de Construção.*

[5] Diferença a maior entre o mercado estimado no Mercado de Referência ANEEL e o realizado.

Receita Operacional Bruta

Celesc Distribuição S.A. | Receita Operacional Bruta

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.591,8**	**2.900,6**	***11,9%***
Fornecimento de Energia Elétrica***	1.680,8	1.687,8	*0,4%*
Suprimento de Energia	62,3	74,8	*20,1%*
Ativo Regulatório	(209,2)	(4,4)	*97,9%*
Energia Elétrica de Curto Prazo	34,0	41,5	*22,0%*
Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)***	789,9	814,7	*3%*
Doações e Subvenções*	135,9	187,5	*38,0%*
Renda de Prestação de Serviços	0,5	0,6	*14,8%*
Serviço Taxado	2,9	3,1	*9,2%*
Atualização VNR**	0,8	0,6	*-20,8%*
Receita de Construção	**94,0**	**94,4**	***0,5%***

** Inclui recebimento de Subsídio CDE referente Decreto Nº 7.891/2013*

***Inclui receita com VNR antes do 4T16 contabilizada como Receita Financeira*

**** Reclassificado no 1T18 com a segregação da receita de TUSD antes contabilzada como receita de fornecimento passou a ser contabizada como Disponibilidade Rede Elétrica (TUSD)*

Abaixo se destacam os principais fatores que influenciaram o desempenho da ROB[6] neste primeiro trimestre:

i. Aumento de 0,4% na rubrica *Receita com Fornecimento de Energia Elétrica* reflexo do aumento do consumo do mercado cativo em volume financeiro (aumento da tarifa) e também da receita com bandeira tarifária comentada a seguir. A receita de fornecimento com as classes de consumo tiveram aumento de 0,4% no trimestre (efeito tarifa), registrando R$1,61 bilhões no 1T18 ante 1,57 bilhões no 1T17 (+R$36,1 milhões) destacando as classes Residencial queda de 0,7% (-R$7 milhões), Industrial expansão de 2,5% (+R$9,1 milhões) e Comercial com aumento de 1,1% (-R$65 milhões);

ii. Incremento de R$22,7 milhões no trimestre de *Receita com fornecimento* de bandeira tarifária, valor superior ao realizado no primeiro trimestre de 2018 quando perfez R$11,5 milhões;

iii. Aumento de 20,1% (+R$12,5 milhões) na rubrica suprimento de energia no trimestre;

iv. No *Ativo Regulatório/Passivo Regulatório*, resultado negativo de R$4,4 milhões (Passivo Regulatório);

v. Elevação na receita registrada a título de *Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)* de 3% (+R$24,8 milhões) no trimestre somando R$814,7 milhões, sendo R$159,3 milhões referentes à disponibilização de rede elétrica a consumidores livres industriais, R$20,3 milhões a consumidores livres comerciais e R$1,4 milhões a consumidores livre rural. A partir do 1T18 passou a ser contabilizado nesta rubrica, também, a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos antes contabilizado com Fornecimento de Energia Elétrica, sendo que no primeiro trimestre de 2018 totalizou R$627,7 milhões (R$630 milhões no 1T17).

vi. *Doação e subvenção* de R$187,5 milhões, no trimestre, aumento de 38,0% (+R$52 milhões) em relação ao mesmo período de 2017, sendo R$180,3 milhões (ante R$131,1 milhões do 1T17) referentes a subsídios tarifçarios (Decreto 7.891/2013).

Deduções da Receita Operacional Bruta

[6] Exclui a Receita de Construção. Em função das normas contábeis IFRS tem custo correspondente de mesmo valor registrado nas despesas operacionais e, portanto, não afeta o resultado da Companhia.

Celesc Distribuição S.A. | Deduções da Receita Operacional Bruta

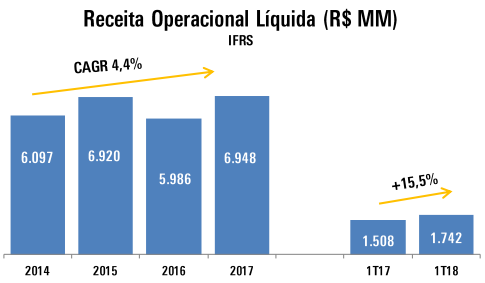
R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**(1.084,1)**	**(1.159,0)**	***6,9%***
ICMS	(531,8)	(535,2)	*0,6%*
PIS/COFINS	(230,0)	(259,5)	*12,8%*
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(295,1)	(344,5)	*16,8%*
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (0,5% da ROL)	(7,1)	(8,2)	*16,5%*
Programa de Eficiência Energética - PEE (0,5% da ROL)	(7,1)	(8,2)	*16,5%*
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1,6)	(1,7)	*1,7%*
Outros Encargos	(11,5)	(1,6)	*-85,7%*

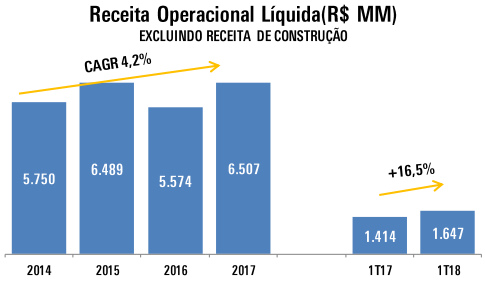
As deduções representam 39% da ROB e sua variação, geralmente, segue a variação da ROB. A seguir destacam-se detalhadamente os fatores que contribuíram para redução:

i. Aumento de 0,6% na *conta ICMS* no trimestre atingindo R$535,2 milhões. Este tributo acompanha a Receita com Fornecimento de Energia Elétrica que teve aumento de 0,4% Considerando as transferência do Mercado Cativo para o Livre);
ii. Elevação na *Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)* que somou R$344,5 milhões no trimestre (16,8% acima do verificado no 1T17);
iii. A rubrica *Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL,* antes classificada do grupo de Outras Receitas/Despesas Operacionais, teve pequeno acréscimo de 1,7% no trimestre, sinalizando R$1,7 milhões na dedução da receita operacional;
iv. A rubrica *Outros Encargos* registrou R$1,6 milhões no trimestre;
v. Aumento de PIS/COFINS de 12,8% no trimestre, registrando R$259,5 milhões. Esse imposto acompanha a evolução da ROB, sendo que juntamente com o ICMS representa 68,6% das Deduções.

Receita Operacional Líquida

A Receita da Celesc Distribuição apresenta evolução média anual de 4,4% (Receita de Construção inclusa) e 4,2% (desconsiderando Receita de Construção) nos últimos quatro exercícios conforme gráfico abaixo:





Custos e Despesas Operacionais

Celesc Distribuição S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.360,3)**	**(1.625,4)**	***19,5%***
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	**(1.015,0)**	**(1.277,8)**	***25,9%***
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(875,7)	(998,9)	*14,1%*
Encargo de Uso da Rede Elétrica	(102,5)	(239,3)	*133,4%*
PROINFA	(36,7)	(39,5)	*7,7%*
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	**(173,8)**	**(181,7)**	***4,5%***
Pessoal	(149,9)	(144,6)	*-3,5%*
Materiais	(3,3)	(3,1)	*-8,0%*
Serviços de Terceiros	(41,3)	(44,9)	*8,5%*
Outras Receitas / Despesas	20,7	10,9	*-47,4%*
Provisões, líquidas*	**(28,2)**	**(20,2)**	***-28,4%***
Depreciação / Amortização	**(49,4)**	**(51,3)**	***3,9%***
Custo de Construção	**(94,0)**	**(94,4)**	***0,5%***

Desconsiderando a rubrica Custo de Construção (que tem efeito nulo no resultado) o aumento no trimestre foi de 20,9% (+R$264,6 milhões), contabilizando R$1.530,9 milhões. A elevação decorreu pelo aumento dos gastos não gerenciáveis, tendo os gastos gerenciáveis ampliado 4,5%. O impacto no custo de energia decorreu, fundamentalmente, nos Encargos de Uso da Rede Elétrica conforme será detalhado a seguir.

Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis

A soma de R$1.277,8 milhões no trimestre nos custos não gerenciáveis (Parcela A) se explicam pelos seguintes motivos:

i. Reflexo do aumento de 1,4% na energia de origem Hidro, 1,4% da energia de Itaipu e 42,4% em Outros contratos conforme observa-se no quadro abaixo;
ii. Ampliação de 133,4% (+R$136,7 milhões), totalizando R$239,3 milhões, com os Encargos de Uso da Rede Elétrica (sistema de transmissão) que acompanham os reajustes/revisões tarifários;
iii. Aumento de 7,7% (+R$2,8 milhões), somando R$39,5 milhões nas despesas com PROINFA (Lei 10.438/2002).

A tabela abaixo apresenta o custo por modalidade e respectiva participação no mix de tarifas de compra de energia da Companhia:

Celesc Distribuição S.A. | Custos com Energia Comprada por Modalidade de Contratação

Tarifa Média de Energia Comprada por Modalidade (R$/MWh)*	1T17	1T18	Var. de Preço %	Participação % no MIX 4T16	Participação % no MIX 4T17	Tarifa Média do Reajuste Tarifário* (R$/MWh)
LEILÃO - CCEAR / Hidro	192,7	195,5	1,4%	35,8%	33,9%	147,1
LEILÃO - CCEAR / Térmica	189,2	178,4	-5,7%	28,1%	28,9%	296,5
ITAIPU	199,2	217,4	9,1%	18,5%	18,5%	198,0
CONTRATOS BILATERAIS	307,3	255,3	-16,9%	1,0%	0,1%	293,7
OUTROS	57,2	81,5	42,4%	16,5%	18,7%	62,7
Total - (R$/MWh)	**171,7**	**173,3**	**1,0%**	**100%**	**100%**	**190,3**

*Os dados contém previsões de despesas com compra de energia em função da metodologia utilizada na contabilização. A receita com bandeiras tarifárias não estão contempladas nos cálculos acima. Esta receita é tratada a parte pois a sua cobertura depende das condições hidrológicas, que podem ser alteradas de um mês para o outro.

*Resolução Homologatória 2.286/2017

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Ativos e Passivos Regulatórios Parcela A)

A tabela a seguir demonstra o saldo de Ativos e Passivos Regulatórios apurados pela Companhia e acumulados ao final de cada período. Os referidos saldos integram a base de reajustes tarifários da Companhia.

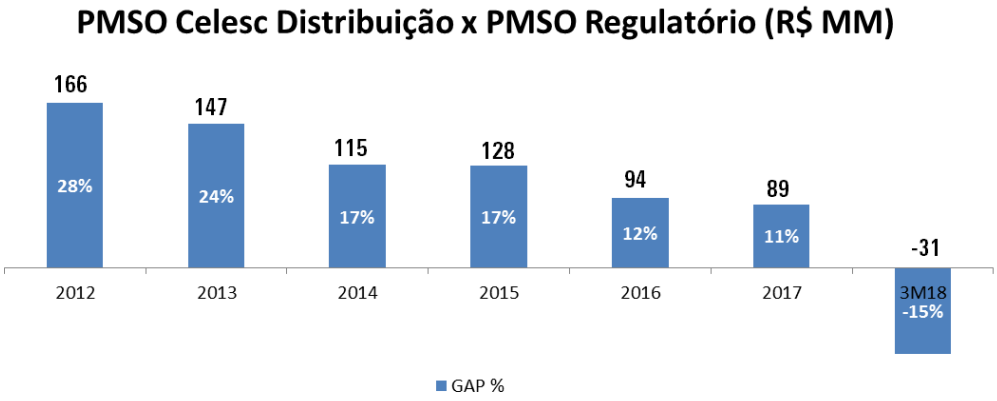
Celesc Distribuição S.A. | Ativos e Passivos Regulatórios Acumulados

R$ Milhões	em 31/12/2015	em 31/03/2016	em 30/06/2016	em 30/09/2016	em 31/12/2016	em 31/03/2017	em 30/06/2017	em 30/09/2017	em 31/12/2017	em 31/03/2018
Ativos Regulatórios	1.102,9	921,4	806,1	154,2	267,9	129,9	268,1	578,9	680,4	646,8
Passivos Regulatórios	(657,5)	(820,5)	(1.266,2)	(705,9)	(674,5)	(769,0)	(566,3)	(638,2)	(706,7)	(686,2)
Saldo Líquido	**445,4**	**101,0**	**(460,1)**	**(551,7)**	**(406,6)**	**(639,1)**	**(298,2)**	**(59,3)**	**(26,3)**	**(39,4)**

Os ativos regulatórios totalizaram R$646,8 milhões sendo que R$621,2 milhões se referem à constituição de CVA Ativa (R$527,9 milhões referente à compra de energia) e R$25,6 milhões aos Demais Ativos Financeiros Setoriais correspondentes a neutralidade da Parcela A). Já os passivos regulatórios somaram R$686,2 milhões, sendo R$525,1 milhões refere-se à CVA Passiva (decorrendo R$328,5 milhões referente aos encargos do sistema e R$191,3 milhões a CDE) e R$161,0 milhões aos Demais Passivos Financeiros Setoriais (R$23,1 milhões referente à sobrecontratação de energia 2016, R$40,1 milhões correspondentes a neutralidade da Parcela A, e R$89,3 milhões de devolução tarifária).

PMSO – Despesas Operacionais Gerenciáveis (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

Abaixo evolução do PMSO Celesc Distribuição x PMSO Regulatório estimado pela Companhia. Observa-se a continua redução do GAP (diferença entre o PMSO Celesc Distribuição e PMSO Regulatório). Nos três primeiros meses de 2018, fechamos com R$31 milhões abaixo do regulatório, efeito principalmente das despesas de MSO.



Pessoal

A rubrica *Pessoal e Administradores* são compostos pelas despesas incorridas com remuneração dos empregados (incluindo encargos) e com as contribuições regulares aos planos de pensão administrados pela Fundação CELOS (rubrica *Previdência Privada*).

Celesc Distribuição S.A. | Despesas Totais com Pessoal

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Pessoal Total	**(149,9)**	**(144,6)**	***-3,5%***
Pessoal e Administradores	(133,2)	(138,1)	*3,7%*
Pessoal e Encargos	(126,1)	*(130,8)*	*3,8%*
Previdência Privada	(7,1)	*(7,3)*	*2,4%*
Despesa Atuarial	(16,7)	(6,5)	*-61,0%*

O acréscimo de 3,7% (+R$4,9 milhões) no trimestre na rubrica Pessoal e Administradores é decorrente, principalmente: (i) Aumento de 1,9% (+R$0,8milhões) nas verbas fixas (salário fixo, anuênio, produtividade, vantagem pessoal, gratificação de função) devido aos efeitos do reajuste anual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e aplicação do Plano de Cargos e Salários – PCS; (ii) Redução de 5,4% (+R$1,6 milhões) nos encargos (encargos trabalhistas e FGTS); (iii) Contração de 5,1% (+R$0,3 milhões) no adicional de periculosidade; (iv) Retração de 5,4% (-R$0,5 milhões) nas verbas variáveis (hora extra 50 e 100% e sobreaviso); (v) Aumento de 2,4% (+R$0,2 milhões) nos gastos com previdência privada; (vi) Gastos com PDI 2017 somaram R$7 milhões no trimestre.

Previdência Privada e Despesa Atuarial

A Celesc Distribuição é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS que administra os planos de benefícios previdenciários e o plano assistencial de saúde oferecido aos seus empregados. A *Despesa Atuarial* reconhecida na Demonstração de Resultado segue o definido na Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios Pós-Emprego realizada por atuários independentes. valor estimando a ser reconhecido no ano como despesa atuarial no resultado considera tanto o valor a ser contabilizado na despesa de pessoal (despesa atuarial) quanto o valor contabilizado como despesas financeira (atualização da reserva matemática[7]). O valor a ser reconhecido em 2018 é de R$71,5 milhões, sendo que no primeiro trimestre foram efetivamente reconhecidos R$17,8 milhões, somando R$6,5 milhões como despesa de pessoal (despesa atuarial) e R$11,3 milhões como despesa financeira (atualização da reserva matemática).

Celesc Distribuição S.A. | Despesa (receita) Atuarial reconhecida no resultado

R$ Milhões	Valor efetivamente reconhecido em 2014	Valor efetivamente reconhecido em 2015	Valor efetivamente reconhecido em 2016	Valor estimado a ser reconhecido em 2017	Valor estimado a ser reconhecido em 2018
Plano Transitório	33,6	42,6	47,0	32,2	25,2
Plano Misto	23,1	35,5	40,0	34,8	4,8
Plano Pecúlio	0,1	0,1	1,1	1,0	0,9
PDVI 2002	0,6	-	-		-
PDV 2012	20,3	12,9	9,9	3,6	-
Plano de Saúde	- 5,9	11,6	33,1	38,9	36,0
Outros Benefícios	3,2	3,1	4,1	4,6	4,6
Total	**74,9**	**105,7**	**135,2**	**115,1**	**71,5**

O quadro a seguir apresenta o Passivo Atuarial reconhecido em 31/03/2018 em comparação ao fechamento de 2017 e demonstrando aumento das obrigações estimadas da Celesc Distribuição.

Celesc Distribuição S.A. | Passivo Atuarial

R$ Milhões	em 31 de dezembro de 2017	em 31 de Março de 2018	Var. %
Planos de Benefícios Previdenciários	**1.179,8**	**1.160,0**	**-1,7%**
Plano Misto + Plano Transitório	1.179,8	1.160,0	
Outros Benefícios Pós-Emprego	**698,1**	**697,8**	**0,0%**
Plano de Saúde	652,2	651,7	-0,1%
Outros Benefícios	45,8	46,1	0,6%
Total	**1.877,9**	**1.857,7**	**-1,1%**
Curto Prazo	139,2	137,0	-1,6%
Longo Prazo	1738,7	1720,8	-1,0%

Materiais

A rubrica *Materiais* somou R$3,1 milhões no primeiro trimestre de 2018, decréscimo de 8% (-R$0,3 milhões) em relação ao primeiro trimestre de 2017. Dentre as rubricas que contribuíram para variação no trimestre destaca-se: (i) Redução de 13,5% (-R$0,2 milhões) em material de manutenção e conservação de Unidades Administrativas e Unidades Operacionais; (ii) Redução de 17,3% em material com higiene e segurança do trabalho (-R$0,1 milhões).

Serviços de Terceiros

Os gastos com *Serviços de Terceiros* somaram R$44,9 milhões no primeiro trimestre de 2018, aumento de 8% em relação ao 1T17. O incremento deve-se, principalmente, (i) Aumento de 22% (+R$0,3 milhões) em serviços com Mao de Obra Contratada Pessoa Jurídica; (ii) Aumento de 57% ((+R$1,4 milhões) em serviços na operação de veraneio; (iii) Contração de 6,4% (-R$0,3 milhões) na manutenção de linha de distribuição;(iv) Aumento de 2,3%(+R$0,3 milhões) na leitura de medidiores; (v) Redução de 15% (-R$0,6 milhões) em serviços de roçada; (vi) Contração de 12,9% (-R$0,6 milhões) em serviços com corte e religamento.

[7] Nota Explicativa 25a.

Outras Despesas Operacionais

Celesc Distribuição S.A. | Outras Despesas / Receitas Operacionais

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Outras Despesas / Receitas - Total	**20,7**	**10,9**	***-47,4%***
Arrendamento e Alugueis	(4,5)	(4,3)	*-4,6%*
Seguros	(0,0)	(0,0)	*-7,1%*
Tributos	(1,6)	(2,2)	*35,7%*
Perdas líquidas	(4,2)	(7,1)	*67,9%*
Despesas Diversas*	31,1	24,5	*-21,2%*

** Despesas Diversas: Consumo Próprio de Energia, taxa de arrecadação de convênio, Multas, Indenizações a Consumidores, Alienação de bens e direitos, etc.*

O item *Outras Despesas Operacionais* registrou valor positivo de R$10,9 milhões no trimestre nesta rubrica, redução de R$9,8 milhões no comparativo com o mesmo período do ano anterior quando os gastos foram da ordem de R$20,7 milhões. Dentre os fatores que contribuíram para o aumento no trimestre destaca-se: (i) Aluguéis e arrendamento apresentaram queda de 4,6% (-R$0,2 milhões); (ii) Tributos tiveram expansão de 35,7% (+R$0,6 milhões); (iii) Perdas líquidas com Crédito teveram acréscimos de R$2,9 milhões ressalta-se que a maior parte destes créditos foram lançados como perda em trimestres anteriores; (iv) Violação Padrão de Qualidade aumentou 13% (+R$0,5 milhões) assinalando R$3,5 milhões no 1T18 ante R$3,0 milhões no 1T17; (v) Consumo Próprio assinalou reversão de despesa de R$1,7 milhões no trimestre, redução de 9,3% no comparativo com 1T17; (vi) Indenização Civil registrou aumento de 58% (+R$0,7 milhões) no trimestre; (v) Taxa de Arrecadação de Convênio registrou receita de R$10,4 milhões; (vi) Ganhos de Alienação de Bens e Direitos somou receita de R$1,7 milhões; (vii) Recuperação de Gastos somou R$5,5 milhões incluído recuperação de despesa com PIS e Danos em Linhas e Rede.

Provisões e Reversões de Provisões

Celesc Distribuição S.A. | Provisões

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Provisões líquidas - Total	**28,2**	**20,2**	***-28,4%***
Provisões p/ Perdas Est. em Créd. de Liq. Duv., líquidas	**4,9**	**9,8**	***100,3%***
Provisões de PECLD	*9,2*	*10,1*	*9,2%*
Reversão de Provisões de PECLD	*(4,3)*	*(0,3)*	*-93,3%*
Outras Provisões, líquidas	**23,3**	**10,4**	***-55,3%***
Outras Provisões	*26,3*	*14,5*	*-44,8%*
Reversão de Outras Provisões	*(3,0)*	*(4,1)*	*37,0%*

Principais variações das Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

(i) As Provisões de PECLD somaram R$10,1 milhões no 1T18 (+R$0,8 milhões em relação ao 1T17), reflexo do maior faturamento da Companhia decorrente da elevação nas tarifas de fornecimento de energia elétrica;

(ii) Reversão de Provisão de R$0,3 milhões no trimestre.

Principais Variações de Outras Provisões para Perdas (Contingências Jurídicas Trabalhistas, Cíveis, Fiscais, Ambientais e Regulatórias)

(i) Redução de 55,3% na rubrica Outras Provisões Liquidas totalizando R$10,4 milhões no trimestre (efeito intensificador nas despesas operacionais da distribuidora);

(ii) A rubrica Outras Provisões apresentou saldo de R$14,5 milhões, 44,8% (-R$11,8 milhões) inferior ao realizado no 1T17, segregando-se: R$2,4 milhões Trabalhista (ante R$5,7 milhões no 1T17), R$11,3 milhões Civil (ante R$20,5 milhões no 1T17), R$0,6 milhões regulatória e R$0,9 mil ambiental.

(iii) Detalhando-se a rubrica reversão de outras provisões, que somou R$4,1 milhões no trimestre, sendo: R$1,6 milhões Trabalhista (ante R$1,2 milhões no 1T17), R$2,4 milhões Cível (ante R$1,8 milhões no 4T16) e R$0,1 milhões ambiental.

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação do EBITDA societário (ICVM n° 527/12) e também os ajustes de EBITDA (Efeitos Não-Recorrentes).

Celesc Distribuição S.A. | EBITDA IFRS - Não-Recorrentes

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Lucro / Prejuízo Líquido	**95,2**	**57,4**	***-39,7%***
(+) IR e CSLL	58,8	40,3	*-31,4%*
(+) Resultado Financeiro	(6,6)	18,5	*379,8%*
(+) Depreciação e Amortização	49,4	51,3	*3,9%*
EBITDA	**196,7**	**167,6**	**-14,8%**
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios			
(=) EBITDA Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	**196,7**	**167,6**	**-14,8%**
(-) Efeitos Não-Recorrentes	**0,0**	**0,0**	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	**196,7**	**167,6**	**-14,8%**
Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)	*13,9%*	*10,2%*	
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	*13,9%*	*10,2%*	

Considerando que não tivemos efeitos não recorrentes nos trimestres e consequentemente ajustes, o EBITDA ajustado e margem são similares ao IFRS, tendo redução de 14,8% no comparativo com primeiro trimestre de 2017 quando assinalou R$196,7 milhões.

O EBITDA Regulatório (Valor da Parcela B menos o valor do Custo Operacional Regulatório – PMSO) da Celesc Distribuição estimado pela Companhia registrou R$158,9 milhões no 3M18, valor R$8,7 milhões abaixo do EBITDA Ajustado.

Resultado Financeiro

Celesc Distribuição S.A. | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Receitas Financeiras	**66,3**	**39,0**	***-41,3%***
Renda de Aplicações Financeiras	24,6	3,9	*-84,2%*
Variações Monetárias	2,6	3,8	*44,1%*
Incentivo Financeiro Fundo Social	1,2	0,0	*-100,0%*
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	28,9	22,7	*-21,7%*
Ativo Regulatório/ Taxas Regulamentares	4,4	7,9	*79,8%*
Variação Cambial Energia Comprada	7,5	1,4	*-81,6%*
Outras Receitas Financeiras	(2,9)	(0,6)	*78,9%*
Despesas Financeiras	**(59,7)**	**(57,5)**	***-3,7%***
Encargos de Dívidas	(23,0)	(19,6)	*-14,8%*
Variações Monetárias.	(0,2)	(0,2)	*-10,8%*
Atualização P&D e Eficiência Energética	(7,0)	(3,8)	*-45,5%*
Variação Cambial Energia Comprada.	(0,3)	(1,8)	*610,0%*
Passivo Regulatório/ Taxas Regulamentares	(15,8)	(23,4)	*47,8%*
Juros sobre Debêntures	(10,1)	(3,9)	*-61,9%*
Outras Despesas Financeiras	(3,3)	(4,9)	*46,5%*
Resultado Financeiro Líquido	**6,6**	**(18,5)**	***-379,8%***

As Receitas Financeiras somaram R$39,0 milhões no trimestre, contração de 41,3% em relação ao 1T17 destacando: (i) Renda de Aplicação Financeira R$3,9 milhões, decréscimo de 84,2%, influenciada pela redução do juro; (ii) Variação Monetária, expansão de 44,1%, registrando R$3,8 milhões, no comparativo com 1T17; (iii) Juros e Acréscimo sobre Faturas, queda de 21,7% decorrente da redução do faturamento e da inadimplência de curtíssimo prazo totalizando R$22,7 milhões incluindo tanto o acréscimo moratório sobre a fatura (R$14,1 milhões) quanto outros encargos (R$8 milhões) sobre a fatura (multa, juros in mora); (iv) Ativo Regulatório/Taxas Regulamentares, assinala R$7,9 milhões, sendo que as variações nesta rubrica advêm da aplicação da SELIC sobre os ativos financeiros setoriais (ativo regulatório); (v) Outras receitas financeiras apresentaram variação negativa de 0,6 milhões, nesta

rubrica incluí-se receitas com multa contratual, desconto de fornecedores, pagamentos de fatura com deságio e também compensação tributária.

As Despesas Financeiras foram de R$57,5 milhões no trimestre, contração de 3,7% (-R$2,2 milhões) em relação ao período comparativo do 1T17. Abaixo descreve-se os principais fatores de influência: (i) Encargos de Dívidas, totalizou R$19,6 milhões decorrente de: 1) Juros pagos sobre o estoque de dívida e de seu principal indexador (taxa CDI) totalizando R$8,2 milhões e 2) Reclassificação da reserva matemática, classificada como despesa operacional até o 3T15, tendo impacto de R$11,4 milhões no trimestre, mas reduzindo a despesa operacional; (ii) Juros sobre Debêntures, somando R$3,9 milhões no trimestre relativa à captação realizada em setembro/15; (iii) Passivo Regulatório/Taxas Regulamentares (SELIC) totalizando R$23,4 no trimestre, destacando: 1) R$9,0 milhões no trimestre referente a atualização monetária do passivo regulatório; 2) R$14,4 milhões no trimestre referente a atualização da CDE[8]; (iv) Atualização do P&D e Eficiência Energética totalizando R$3,8 milhões no trimestre; (v) Na rubrica Outras despesas registraram R$4,9 milhões no trimestre, sendo R$2,2 milhões referente ao litígio e R$1,2 milhões em despesas com IOF e R$1,5 milhões em outras.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

Celesc Distribuição S.A. | LUCRO LÍQUIDO IFRS - Não-Recorrentes

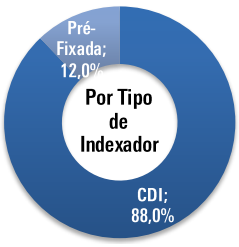
R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	**95,2**	**57,4**	***-39,7%***
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios			
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatório	**95,2**	**57,4**	**-39,7%**
(-) Efeitos Não-Recorrentes	**0,0**	**0,0**	
(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	**95,2**	**57,4**	**-39,7%**
Margem Líquida IFRS, exclui Receita de Construção (%)	*6,7%*	*3,5%*	
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	*6,7%*	*3,5%*	

Considerando que não tivemos efeitos não recorrentes no período o lucro ajustado foi similar ao lucro IFRS.

Endividamento

Celesc Distribuição S.A. | Posição Empréstimos e Financiamentos

R$ Milhões	Tx. Anual de Juros	em 31 de Dezembro de 2017	em 31 de Março de 2018	Δ
Moeda Nacional				
Empréstimos Bancários	110% a 121,5% CDI	64,3	180,9	181,3%
Eletrobrás	5,00%	30,6	25,4	-17,0%
Debêntures	CDI + 1,30%	201,5	205,5	2,0%
Finame	2,50% a 8,70%	35,6	33,7	-5,3%
Mútuo Celesc D/G	125% do CDI	45,5	46,3	
Total		**377,5**	**491,8**	**30,3%**
Curto Prazo - Circulante		*235,2*	*354,9*	
Longo Prazo - Um a Cinco Anos		*140,8*	*135,7*	
Longo Prazo - Acima de Cinco Anos		*1,5*	*1,2*	



O custo médio da dívida financeira total da Celesc é de 7,51% (ano), sendo 7,59% a.a. o custo médio da dívida atrelada ao CDI e 6,92% a.a. a dívida pré-fixada, estando em linha com as taxas cobradas no mercado. O prazo médio da dívida financeira total é de 0,68 anos, correspondendo 0,5 ano a parte da dívida indexada ao CDI e 2,07 anos a dívida pré-fixada, evidenciando o encurtamento dos prazos. A Companhia vem estruturando o possível alongamento dos prazos médios da dívida financeira, com novas captações de médio/longo prazo, tendo sua proposta aprovada por unanimidade em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2018. Detalhamento da estruturação serão divulgados ao mercado assim que finalizado/liquidado.

Empréstimos Bancários

[8] Vide Comunicado ao Mercado em 25/07/2017 – Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Em março de 2014, foi captado R$300,0 milhões junto a Caixa Econômica Federal a taxa de 121,5% do CDI. A Companhia deverá saldar a dívida até junho de 2018, sendo que o saldo devedor em 31/03/2018 é de R$30,0 milhões. A dívida está sendo amortizada na proporção de R$10 milhões ao mês.

A Celesc D contratou em abril de 2018 a operação de crédito junto ao Banco Safra, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, no valor de R$150,0 milhões, com prazo de vencimento em 22 de abril de 2019. A amortização da operação se dará no último mês de vigência (bullet). A taxa de juros será pré-fixada em 7,40% a.a., com pagamentos mensais. A comissão do negócio (fee) foi de 0,40% e a operação se dará com garantia em recebíveis da Companhia, na proporção 1:1 do saldo devedor.

Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

Debêntures

Em maio de 2013, a subsidiária Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez 30.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória exercida pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, captando recursos para serem utilizados para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Companhia. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários “DI”, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,30% ao ano, tendo vencimento no prazo de 72 meses contados da data da emissão. A Remuneração é paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão (15/5/2013). A amortização em 3 parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da Data de Emissão. As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 e limite de distribuição de dividendo de no máximo 30%. O saldo devedor em 31/03/2018 é de R$205,0 milhões.

Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a compra de máquinas e equipamentos; possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

Mútuo Celesc Distribuição S.A com Celesc Geração S.A.

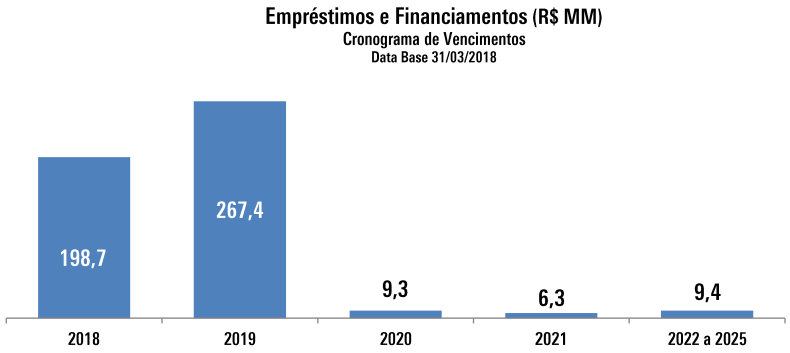
Em 16 de agosto de 2016, a Celesc Geração S.A (Mutuante) e a Celesc Distribuição (Mutuaria) firmaram contrato de mútuo, com anuência da ANEEL, pelo prazo de 24 meses e taxa de juro de 125% do CDI. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão feitos no fim da operação.

A mutuante, de acordo com as necessidades da mutuaria, poderá realizar disponibilizações financeiras até o limite de R$ 110 milhões, na forma de crédito rotativo, devendo a mutuaria efetuar coberturas parciais ou cobertura total do saldo durante a vigência do contrato. O saldo devedor em 31/03/2018 é de R$46,3 milhões (Principal + Juros).

A dívida financeira bruta da Celesc Distribuição soma R$491,8 milhões em 31 de março de 2018, aumento de 30,3% (+R$114,3 milhões) em relação ao fechamento de 2017 (R$377,5 milhões), decorrente da maior necessidade de capital de giro para fazer frente aos custos com compra de energia elétrica para revenda.

Cronograma Empréstimos e Financiamentos

O cronograma estimado de vencimento dos empréstimos e financiamentos está disposto no gráfico a seguir.



A Companhia encerrou 2017 com sua dívida financeira representando 0,2x o EBITDA dos últimos 12 meses (0,2x o EBITDA Ajustado) e 0,1x seu Patrimônio Líquido conforme a seguir:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 1T18			
R$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 31 de Março de 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	235,2	354,9	50,9%
Dívida Longo Prazo	142,3	136,9	-3,8%
Dívida Financeira Total	**377,5**	**491,8**	**30,3%**
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	**462,5**	**391,8**	-15,3%
Dívida Financeira Líquida	**(85,0)**	**100,0**	**-217,6%**
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	**-0,2x**	**0,2x**	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	**-0,2x**	**0,2x**	
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	**0,4x**	**0,4x**	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	**-0,1x**	**0,1x**	

Importante destacar que conforme Comunicado ao Mercado - Parcelamento CDE de 25/07/2017 a Celesc Distribuição parcelou o saldo no montante de R$1.166 milhões referente ao encargo CDE junto a CCEE em trinta parcelas a partir de julho de 2017 (até dezembro de 2019). O saldo devedor em 31/03/2018 é de R$ 862,3 milhões (Nota Explicativa nº 26 do ITR1T18).

Considerando as Obrigações com Pensão, que somam R$1.160,0 milhões em 31 de março de 2018 e Outros Benefícios a Empregados (Plano de Saúde, PDVs, outros) no valor de R$697,8 milhões, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia soma R$1.449,7 milhões, o que representa 3,5x o EBITDA 12M e 1,3x o Patrimônio Líquido da empresa ao fim do primeiro trimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento + Passivo Atuarial

R$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 31 de Março de 2018	Δ
Dívida Financeira Total	**377,5**	**491,8**	**30,3%**
(+) Passivo Atuarial Líquido	**1.364,5**	**1.349,7**	**-1,1%**
Obrigações com Pensão	1.179,8	1.160,0	-1,7%
Outros benefícios a empregados	698,1	697,8	0,0%
(-) IR/CSLL diferidos[1]	513,5	508,0	-1,1%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	**462,5**	**391,8**	-15,3%
Dívida Líquida Ajustada	**1.279,4**	**1.449,7**	**13,3%**
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	**2,9x**	**3,5x**	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	**2,7x**	**3,3x**	
Dívida Total Ajust./ Patrimônio Líquido	**1,7x**	**1,7x**	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	**1,2x**	**1,3x**	

[1] ITR 1T18, Nota Explicativa 20.a

Destaca-se que a Companhia já negociou os contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sendo aprovado no Diretório do Banco em 21/11/17. O objetivo do empréstimo é financiar 60% o plano de investimentos em distribuição para os próximos 05 anos. O valor do contrato será de até US$ 276 milhões, o prazo de desembolsos será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor do Contrato, taxa de juros anual equivalente à LIBOR trimestral acrescida do custo de captação do BID e da margem aplicável a empréstimos do capital ordinário do banco, prazo total de 25 (vinte e cinco) anos com carência de 5,5 (cinco e meio) anos, pagamento semestral de juros e amortização. A operação conta com a garantia da União, a qual, por sua vez, conta com contragarantias tanto do Estado de Santa Catarina - conforme Lei Estadual nº 17.274 de 05 de outubro de 2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.305 de 06 de novembro de 2017 - e da Companhia. Para concluir os trâmites formais, serão necessárias ainda algumas etapas no Mistério da Fazendo e na PGFN. A etapa final do processo, prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre desta ano, será o encaminhamento formal pelo Presidente da República ao Senado Federal, que emite lei autorizando o Ministro da Fazenda a assinar o contrato. Ainda, a CELESC D obteve parecer favorável da COFIEX, autorizando a mudança do agente financiador, AFD para a CAF, conforme Resolução nº 001/0127, de 20/12/2017, para complementar os recursos de contrapartida do empréstimo com o BID no valor de US$ 69 milhões.

Ratings da Celesc Distribuição e da Controladora

A Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu ratings de emissor Ba3 em escala global e A2.br em escala nacional à Celesc Distribuição S.A. (CELESC D). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu ratings Ba3 e A2.br a BRL 300,0 milhões em debêntures amortizáveis sem garantia de ativos reais amortizáveis em 6 anos com vencimento em 2019 emitidas pela CELESC D e garantidas pela CELESC no mercado local. A perspectiva negativa reflete a expectativa da Moody's de que a CELESC D, apesar de certa deterioração nos indicadores de crédito em relação ao desempenho histórico, consiga uma redução gradual em seus custos operacionais, bem como assegurar dívida de longo prazo suficiente para financiar seu programa de investimentos em imobilizado.

Investimentos | CAPEX

Os investimentos realizados pela Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2018 somou R$100,5 milhões (sendo R$68,9 milhões em materiais/serviços, R$14,3 milhões em mão de obra própria e R$17,3 milhões de participação financeira do consumidor[9]).

A tabela abaixo apresenta o investimento da distribuidora indicando o que compõe a Base de Remuneração Regulatória - BRR (no inglês, RAB – Regulatory Assets Base):

CAPEX - Celesc Distribuição S.A.

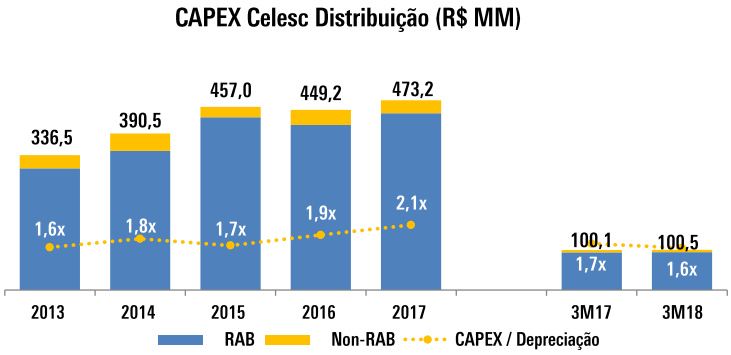
R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Investimentos Distribuição	**100,1**	**100,5**	**0,4%**
RAB *	94,0	94,4	0,5%
Non - RAB	6,1	6,1	-1,1%
Depreciação / Amortização	**(49,4)**	**(51,3)**	3,9%
Relação CAPEX x Depreciação**	**1,7x**	**1,6x**	

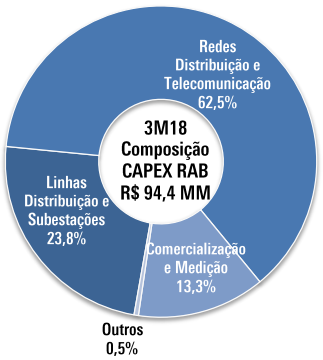
* RAB: Regulatory Assets Base

** Exclui Participação Financeira do Consumidor

Os gráficos a seguir ilustram o CAPEX realizado pela empresa nos últimos anos (e sua relação com a Depreciação), bem como a composição do CAPEX em ativos elétricos realizados no 3M18, os quais irão compor a Base de Remuneração Regulatória – BRR:

[9] Regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010.





Os investimentos na rede de distribuição buscam atender a melhora continua dos indicadores de qualidade (DEC e FEC) firmados no contrato de renovação da concessão. A demanda de CAPEX RAB no ciclo tarifário em vigor deverá seguir entre 1,6x e 1,9x da depreciação, em linha com a média do setor.

A Celesc Distribuição realizou o investimento obrigatório de R$819 mil em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)[10] e R$1,3 milhões em Eficiência Energética[11] no primeiro trimestre de 2018.

Para o ano de 2018, conforme Comunicado ao Mecado divulgado em 14 de dezembro de 2017, o orçamento aprovado para materiais/serviços, incluindo a participação financeira do consumidor, foi de R$ 395 milhões, sendo R$ 349 milhões para Sistemas de Distribuição e R$ 46 milhões para Instalações Gerais e Veículos.

2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A.

Exposição contratual 2014 – Despachos ANEEL 2.642/15 e 2.078/16

Em 2015 a ANEEL apurou as exposições contratuais das distribuidoras referentes ao ano de 2014, divulgando os montantes de exposição involuntária através do Despacho nº 2.642/2015. Para a CELESC D, foi apurado o montante de 117,2MW de exposição contratual, sendo 64,36MW reconhecidos como involuntários. Em face de tal Despacho foi apresentado recurso à ANEEL que pautou-se em 3 (três) pontos: (i) 2MW decorrentes de consumidores que a ANEEL entendeu terem retornado ao mercado cativo por ato voluntário da CELESC D, o que não ocorreu, pois retornaram por ordem judicial, ou ainda foram apenas desligados; (ii) 15,818MW relativos a erro material no preenchimento de formulário de declaração no leilão A-1 de 2013, posto que referido montante de energia foi declarado em campo diverso do formulário, além do fato de referidos montantes já terem sido declarados em outros dois leilões (A-0 de 2013 e A-0 de 2014) os quais foram frustrados; e (iii) 35,02MW decorrentes de variação extraordinária de mercado ocorrida a partir de intensiva onda de calor que assolou o estado no 1º Trimestre de 2014, e consequentemente um crescimento anual da ordem de 6,7% no mercado, contra um histórico de 2,5%. Diante da inoperância de mecanismos de ajuste contratual em 2013 e 2014, referido crescimento extraordinário do mercado não pôde ser ajustado, gerando a exposição contratual da ordem de 1,5% do mercado.

Através do Despacho nº 2.078/2016, a companhia teve reconhecido no mérito, parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2 MWmédios como exposição involuntária relativa à cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais; e b) considerar mais 15,818 MWmédios como exposição involuntária, em razão do reconhecimento de erro material no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013. Diante do Despacho, a exposição considerada pelo Órgão Regulador como voluntária passou de 52,84 MWmédios para 35,02 MWmédios, sendo assim a Companhia reconheceu no resultado do 2º Trimestre de 2016, o valor de R$256 milhões referente a exposição voluntária em 2014, contabilizado no 2T16 o montante de R$225 milhões na conta de Ativos/Passivos Financeiros da Receita Operacional Bruta, com efeito negativo, e R$31 milhões como despesa financeira (atualização da sobrecontratação).

[10] O programa de P&D da ANEEL atualmente é regido pela Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, sendo regulamentado pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas.

11 O Programa de Eficiência Energética regulada pela ANEEL – PEE foi criado pela Lei nº 9.991 de 2000.

A CELESC D ingressou com Ação Judicial em 2016 objetivando questionar o Despacho n. 2078/2016, a fim de obter o reconhecimento integral das exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário de R$ 256 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a companhia permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária, e assim eliminando qualquer redutor tarifário, bem como, aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Recentemente, a juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida, constituindo uma condição de estabilização ao processo.

Exposição contratual 2014 – Penalidades CCEE

Em 14 de outubro de 2016, a CCEE emitiu o Termo de Notificação nº 1438/2015 dada a não apresentação pela Celesc D de garantia física ou cobertura contratual para atender a cem por cento de seu mercado, tendo como referência a contabilização realizada em janeiro de 2015, referente ao ano de 2014, indicando a penalidade técnica aplicável no valor de R$ 77 milhões.

Em face desse Termo de Notificação, a Empresa apresentou contestação requerendo (i) a sustação da aplicação da penalidade apurada até as decisões finais de mérito das ações judiciais em que a Celesc D discute com a ANEEL as exposições contratuais de 2014; e (ii) a revisão da penalidade após o estabelecimento em caráter definitivo dos montantes de exposição contratual involuntária, assim como os montantes de energia a serem considerados para a rodada do MCSD ex-post de 2014, caso seja mantida alguma falta de lastro contratual para o ano de 2014.

Em 22 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da CCEE – CAD decidiu, em sua 903ª reunião, indeferir os argumentos de defesa apresentados na contestação do TN nº 1438/2015.

Em 4 de janeiro de 2017, a Celesc D apresentou impugnação à tal decisão, sendo que em 10 de janeiro de 2017, em sua 905ª reunião, o CAD enfrentou as alegações apresentadas pela Celesc D e decidiu na deliberação nº 0036 pelo encaminhamento à ANEEL do Pedido de Impugnação apresentado.

Face aos fatos apresentados, a ANEEL, através do Despacho nº 180/2017, decidiu não conceder efeito suspensivo ao Pedido de Impugnação interposto pela Celesc D em face da decisão emitida pela CCEE em sua 903ª Reunião, que indeferiu os argumentos de defesa apresentados na contestação ao Termo de Notificação nº 1.438/2015.

Na 7ª reunião pública da diretoria da ANEEL, realizada em 07 de março de 2017, considerando o exposto e o que consta no Processo no 48500.000391/2017-12, votou por conhecer do Pedido de Impugnação, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Celesc D, em face de decisão emitida pela CCEE na 903ª Reunião, referente ao Termo de Notificação nº 1.438, de 201, e, no mérito, negar-lhe provimento. Porém houve pedido de vistas do relator, postergando a decisão.

Após o pedido de vistas, o Pedido de Impugnação foi novamente apreciado pela Diretoria da ANEEL na 19ª Reunião Publica Ordinária, conhecendo-o, e, no mérito, negando-lhe provimento conforme consta no Despacho nº 1.489/2017.

Sequencialmente a Companhia ingressou com ação judicial (autos n.º 1005589-77.2017.4.01.3400) em face da CCEE e da ANEEL pleiteando a concessão de medida liminar com a finalidade de suspender a exigibilidade da penalidade imputada à Celesc D até que o processo judicial que discute a exposição contratual de 2014 tenha seus desdobramentos, assim como o processo judicial que a UHE Jirau move em face da ANEEL, também alcance sua apreciação definitiva de mérito, sendo estes dois fatores que impactam diretamente na manutenção da penalidade aplicada.

Após apreciação do pedido formulado, a juíza titular do processo proferiu decisão "*suspendendo a cobrança, pelas Requeridas, da importância retro mencionada, como de qualquer outra importância (de caráter punitivo ou não), por força de exposição (reputada voluntária) da parte requerente em 2014*". Deste modo, encontra-se suspensa a cobrança da penalidade aplicada pela CCEE.

Bandeiras tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto no 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, estabelecendo que as bandeiras deveriam ser acionadas sempre que as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo afetassem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O mecanismo tem servido de sinalizador para o consumidor estar atento ao consumo durante situações de baixa hidraulicidade.

Para o ano de 2017, por meio da Audiência Pública no 091/2016 foram definidas pela ANEEL novas faixas de acionamento assim como os adicionais considerando a atualização dos dados e a distribuição dos custos entre os patamares.

No dia 24 de outubro de 2017 durante Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi aprovada abertura de audiência pública no 061/2017 para discutir a revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. Excepcionalmente, para o mês de novembro já vigorou o valor adicional proposto para audiência de R$ 50,00/MWh considerando a bandeira vermelha patamar 2.

Conforme a proposta, o valor do adicional da bandeira amarela caiu de R$ 20,00 para R$ 10,00/MWh e o adicional de bandeira vermelha no patamar 1 se mantém em R$ 30,00/MWh. Tal situação justificou-se em função de não haver evolução na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em relação ao mês anterior sendo necessário reforçar as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício.

Após o período de contribuições recebidas na primeira fase da Audiência Pública nº 61/2017, realizada no período de 26 de outubro de 2017 a 27 de dezembro de 2017, em 24 de abril de 2018, por meio da Resolução Homologatória nº 2.392/2018 a ANEEL ratificou as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de maio de 2018 propostos na abertura da audiência pública nº 061/2017 em 24 de outubro de 2017 durante Reunião Pública da Diretoria da ANEEL.

Adicionalmente, na mesma Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 24 de abril de 2018 onde as faixas e os adicionais propostos foram ratificados, estabeleceu-se uma nova fase para a mesma Audiência Pública com período para envio de contribuição de 25/04/2018 a 11/06/2018, por intercâmbio documental com objetivo de obter subsídios para tratar, exclusivamente, da metodologia de repasse da Conta Bandeiras.

Segue quadro resumo com histórico das bandeiras tarifárias praticadas na área de concessão da Celesc Distribuição:

Histórico bandeiras tarifárias	
Mês	**Bandeira**
jan/17	Verde
fev/17	Verde
mar/17	Amarela
abr/17	Vermelha-Patamar 1
mai/17	Vermelha-Patamar 1
jun/17	Verde
jul/17	Amarela
ago/17	Vermelha-Patamar 1
set/17	Amarela
out/17	Vermelha-Patamar 2
nov/17	Vermelha-Patamar 2
dez/17	Vermelha-Patamar 1
jan/18	Verde
fev/18	Verde
mar/18	Verde

Para a contabilização na Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A – CVA no tocante ao valor arrecadado para as Bandeiras Tarifárias a partir de janeiro de 2018, observa-se a metodologia definida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF por meio do Despacho nº 4.356/2017.

Prorrogação da Concessão – Medida Provisória – MP nº 579/12, Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 8.461/15

No ano de 2016 iniciou-se o acompanhamento das condicionantes para a manutenção da concessão, conforme estabelecido no Termo Aditivo assinado.

O novo aditivo que prorroga prazo de concessão por 30 anos impôs condicionantes de eficiência à distribuidora perante a qualidade do serviço, e também quanto a sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Durante os primeiros cinco anos do novo contrato, o descumprimento das condições por dois anos consecutivos ou de quaisquer dos limites ao final do período dos primeiros cinco anos acarretará na extinção da concessão. A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, implicará na abertura do processo de caducidade. Adicionalmente, ao longo de todo o período contratual, o descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou três vezes em cincos anos, acarretará na limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio ao mínimo legal (Resolução Normativa nº 747 de 2016), enquanto que o descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira refletirá na necessidade de aporte de capital dos acionistas controladores.

Abaixo seguem as metas a serem seguidas pela Celesc Distribuição nos primeiros 5 anos da prorrogação:

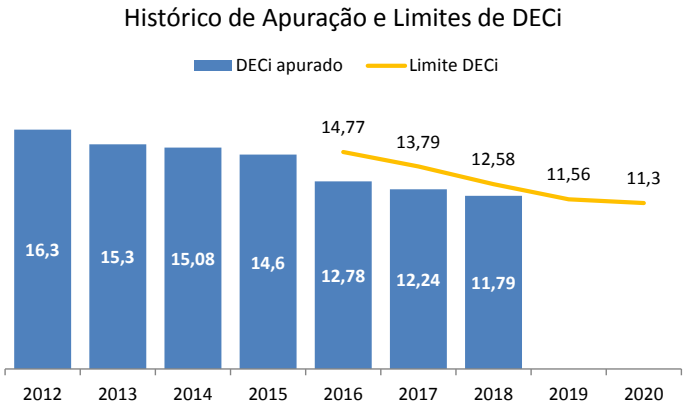
ANO	GESTÃO ECONOMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi[1]	FECi[1]	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA≥0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-)QRR}≥0	12,58	9,84	
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR[2]]}≤1/0,8*SELIC[3]	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/}LAJIDA (-)QRR}≤1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

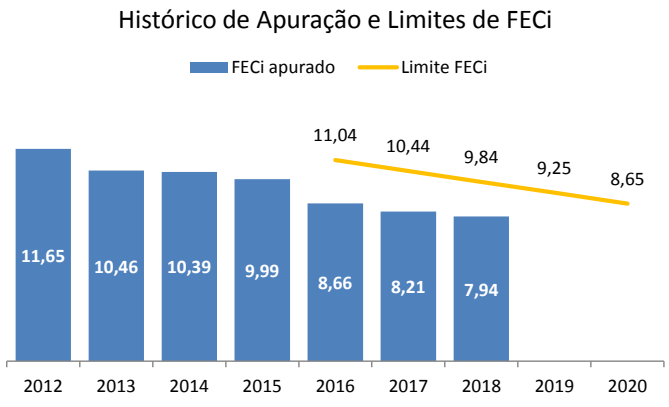
[1] DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por UnidadeConsumidora; e FECi-Frequência Equivalente deInterrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

[2] QRR: Quota integração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescidodoIGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze)meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

[3] Selic: limitada a 12,87% a.a.

O gráfico abaixo apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o final do terceiro trimestre de 2018 (acumulado últimos 12 meses).





Em relação ao desempenho da Companhia, a CELESC D cumpriu a exigência de LAJIDA ajustado maior ou igual a zero para o ano de 2017. O LAJIDA ajustado acumulado apurado pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira da ANEEL até o terceiro trimestre de 2017 é de R$ 556 milhões, conforme a 3º Edição do Relatório de Sustentabilidade das Distribuidoras divulgada em fevereiro de 2018.

Como informado no Desempenho Operacional, a Companhia descumpriu as metas globais do DEC nos anos de 2016 e 2017, e está limitada a distribuição de dividendos e/ou JCP no mínimo legal, 25%, permanecendo até que os parâmetros regulatórios sejam performados.

Plano de Resultados

A Celesc D foi convocada pela ANEEL para participar da segunda tranche das distribuidoras que passarão pelo Plano de Resultados, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços sob os aspectos técnico e comercial, além dos aspectos de segurança dos empregados e da população, assim como o monitoramento do indicador de sustentabilidade econômico-financeira, e consequentemente garantir o alcance dos indicadores estabelecidos no Contrato de Concessão.

O Plano de Resultados está associado ao novo modelo de fiscalização estratégica adotado pela ANEEL, tendo como objetivos primordiais a educação e orientação dos agentes do setor de energia elétrica, e a prevenção de condutas violadoras da legislação e dos contratos de concessão. Durante esse processo a Celesc D passou inicialmente por uma primeira fase de fiscalização dos serviços técnico e comercial de distribuição de energia elétrica ao longo do ano de 2016, com a análise dos resultados de 2014 e 2015. Para o atendimento à esta metodologia, a Celesc D apresentou à ANEEL o Plano de Melhorias, voltado a Duração das Interrupções, Quantidade de Interrupções, Prazos de Atendimento aos Serviços, Qualidade do Atendimento Telefônico e Demandas Internas e Externas.

O Plano de Resultados foi apresentado à ANEEL no final de setembro/2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias, promovendo a melhoria dos serviços prestados aos consumidores, de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão, prorrogado em 2015, representando assim um ganho de qualidade dos serviços, além de ser uma excelente ferramenta complementar de gestão em busca da manutenção da concessão. O prazo de vigência do Plano de Resultados será de 24 meses, a partir de 10 de setembro de 2017, com controle periódico quadrimestral por parte do órgão regulador.

Recentemente foi encaminhado à ANEEL o relatório do primeiro quadrimestre do Plano de Resultados, o qual foi analisado positivamente pela agência reguladora, conforme manifestações apresentadas em visita técnica realizada pelo Diretor relator do processo, o Dr. Tiago de Barros Correia, juntamente com os Superintendentes de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE e de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD.

Dando sequência a execução do Plano de Resultaos a companhia vem avançando na efetivação das ações previstas, sendo que em 30/05/18 será encaminhado o Relatório do 2º Quadrimestre à ANEEL.

Reajuste Tarifário Anual 2017 - Resolução Homologatória Nº 2.286 e Nota Técnica 236/2017 - SGT/ANEEL

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2017 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 7,85%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 3,80% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 2,83% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de 1,22%. Na composição do IRT para o período 2017-2018 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,67% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro e a Parcela B (custos gerenciáveis) apresentou variação de 0,13%.

Participação no Reajuste Tarifário 2017 (Resolução Homologatória ANEEL 2.286/2017)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-3,17%
	Custos de Transmissão	6,61%
	Compra de Energia	0,21%
	Total Parcela A	3,67%
Parcela B		0,13%
Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE		3,80%
Componentes Financeiros do Processo Atual		2,83%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		1,22%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		7,85%

Revisão Tarifária da Celesc Distribuição - Resolução Homologatório Nº 2.120, Nota Técnica Nº 258/2016-SRE/ANEEL e Nota Técnica Nº 287/2016-SGT/ANEEL.

A Revisão Tarifária da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2016 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de -4,16%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de -1,54% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de -0,47% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -2,15%. Na composição do IRT para o período 2016-2017 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de -2,20% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante

componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,66%. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Participação na Revisão Tarifária 2016 (Resolução Homologatória ANEEL 2.120/2016)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,73%
	Custos de Transmissão	0,71%
	Compra de Energia	-1,18%
	Total Parcela A	-2,20%
Parcela B		0,66%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		-1,54%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-0,47%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-2,15%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		-4,16%

Quanto à remuneração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória – BRR definida para o 4º ciclo tarifário, R$ 3,0 bilhões líquido (Despacho nº 1.920/16), ficou definido 8,09% referente ao WACC Regulatório real, e taxa de depreciação média em 3,78% a.a.

Consulta Pública MME nº 33/2017 – Aprimoramento do Marco Legal do Setor Elétrico

Em julho de 2017 o Ministério de Minas e Energia – MME lançou a Consulta Pública nº 33, com o objetivo de consultar a sociedade e os agentes do setor elétrico quanto a proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico, cujas diretrizes partiram de novos paradigmas tecnológicos e ambientais que vêm impactando o setor e a regulamentação vigente, bem como diante de fenômenos regulatórios verificado ao longo dos últimos anos, os quais demandam uma revisão estrutural do arcabouço legal, buscando aprimorar o equilíbrio regulatório entre agentes, consumidores e os interesses públicos governamentais, além da redução no nível de judicialização enfrentado pelo setor elétrico atualmente.

Após inúmeras contribuições recebidas pelo MME, a Consulta Pública foi encerrada no final do ano de 2017, com a recente divulgação das diretrizes objetivadas com os novos marcos legais a serem estabelecidos, cujos direcionamentos concentram-se em proporcionar mecanismos de incentivo à eficiência nas decisões empresariais dos agentes do setor, especialmente quanto a segurança do suprimento, investimentos e sustentabilidade socioambiental.

Outra proposta é o fim do regime de cotas para as usina prorrogadas, com a destinação de parte do benefício econômico para a CDE. A remoção de barreiras para a participação de agentes no mercado, expandindo o mercado livre também é um direcionamento traçado no novo marco legal. O aprimoramento dos critérios de formação do preço de curto prazo também é um desafio a ser enfrentado na nova regulamentação. No âmbito da distribuição, há um direcionamento para a separação entre lastro e energia, com a criação de outros mecanismos de transição para a mitigação dos efeitos da migração de consumidores ao mercado livre. Ainda há um direcionamento para a racionalização dos subsídios e correção de incentivos inadequados para a migração ao mercado livre. Outro ponto abordado é a destinação de recursos da RGR para a indenização dos ativos de transmissão. Há uma revisão nas diretrizes de utilização dos recursos de P&D e incentivos às fontes alternativas de energia. Por fim, há uma rediscussão da estrutura do mercado regulado de distribuição, buscando uma modenização e criação de incentivos. As bases de cálculo para a apuração de penalidades às distribuidoras também serão revistas. Por fim, há uma preocupação em buscar a desjudicialização do risco hidrológico, buscando restabelecer o equilíbrio nas liquidações do mercado de curto prazo.

Todas estas diretrizes estão traduzidas numa minuta de Projeto de Lei divulgada pelo MME, que deverá ser levada à discussão no Congresso Nacional em breve.

Prêmio IASC/ ANEEL – Avaliação da Qualidade Percebida pelos Consumidores

A ANEEL divulgou em 1º de fevereiro de 2018 as distribuidoras vencedoras do Prêmio Iasc 2017, o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, que reconhece as distribuidoras mais bem avaliadas com base na percepção do consumidor residencial. O índice é aferido por meio de pesquisa de opinião realizada com consumidores de todo o Brasil. As variáveis analisadas são: Qualidade percebida; valor percebido (relação custo-benefício); satisfação total; confiança no fornecedor; e fidelidade.

A Celesc D foi eleita a segunda melhor distribuidora do Brasil na avaliação dos consumidores, ficando atrás apenas da Copel D, tendo um índice de equalidade percebida de 74,43%, frente a uma média nacional de 63,66%. No quesito satisfação, a Celesc D alcançou 73,90%, contra 63,16% da média Brasil. No tocante à confiança a Celesc alcançou 71,63%, frente a 62,27 da média nacional e 43,21% de fidelidade, em contrapartida de 37,20% da média nacional.

2.2 – Celesc Geração

2.2.1 – Desempenho Operacional

Produção

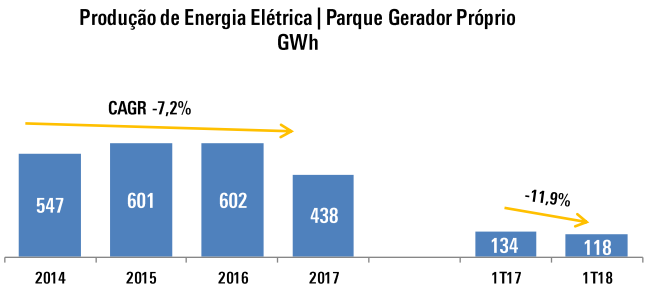
O volume total de energia gerada no primeiro trimestre de 2018 pelas usinas da Celesc Geração foi de 117,8 GWh, sendo 11,9% inferior ao realizado no primeiro trimestre de 2017, quando registrou produção de 133,7 GWh.

Dentre os fatores que influenciaram para variação negativa no trimestre, enfatiza-se: (i) O baixo índice pluviométrico nas Usinas da região oeste do Estado; (ii) A Usina Pery está com uma unidade geradora em manutenção; (iii) A Usina Salto está com impedimento de rebaixamento do canal para manutenção (SAMAE); (iv) As Usinas Cedros com a troca do conduto adutor de madeira e Garcia com o processo de automação e retrofit estão desligadas para execução do investimento.

O fator de capacidade global no primeiro trimestre de 2018 foi de 51,0%, representando 7,0 p.p. (pontos percentuais) abaixo do verificado no primeiro trimestre de 2017 (58,0%).

Celesc Geração S.A. | Produção de Energia Elétrica

Desempenho Operacional (GWh)	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Parque Gerador Próprio	**133,7**	**117,8**	***-11,9%***
PCH Palmeiras	34,4	40,8	*18,5%*
PCH Bracinho	7,6	20,2	*167,1%*
PCH Garcia	17,1	6,8	*-60,2%*
PCH Cedros	15,5	0,0	*-100,0%*
PCH Salto	5,8	2,2	*-62,9%*
PCH Celso Ramos	9,7	9,4	*-2,3%*
PCH Pery	29,7	26,4	*-11,3%*
PCH Caveiras	6,2	5,6	*-9,1%*
CGH Ivo Silveira	5,3	5,0	*-5,7%*
CGH Piraí	0,9	0,0	*-100,0%*
CGH Rio do Peixe	0,9	0,9	*-6,3%*
CGH São Lourenço	0,6	0,5	*-9,4%*
Fator de Capacidade Global	**58,0%**	**51,0%**	**-7,0%**



Todas as usinas do parque gerador próprio participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo. Desta forma, a queda na produção verificada no trimestre não impacta a energia faturada da companhia.

2.2.2 – Desempenho Financeiro

Celesc Geração S.A. | Principais Indicadores Financeiros

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	**36,3**	**38,3**	***5,6%***
Deduções da Receita Operacional	(3,4)	(3,8)	*11,4%*
Receita Operacional Líquida	**32,8**	**34,5**	***5,0%***
Custos e Despesas Operacionais	(13,8)	(10,6)	*-23,1%*
Custos com Energia Elétrica	*(4,4)*	*(5,5)*	*25,5%*
Despesas Operacionais	*(9,5)*	*(5,1)*	*-45,6%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,0	0,0	*-36,4%*
Resultado das Atividades	**19,0**	**23,8**	***25,3%***
EBITDA	**22,7**	**25,3**	***11,5%***
Margem EBITDA (%)	*69,0%*	*73,3%*	
Resultado Financeiro	**(3,9)**	**(1,6)**	***-59,0%***
LAIR	**15,1**	**22,2**	***47,2%***
IR/CSLL	(5,1)	(7,6)	
Lucro/ Prejuízo Líquido	**10,0**	**14,7**	***47,1%***
Margem Líquida (%)	*30,4%*	*42,6%*	

Destaques do Resultado

A Receita Operacional Líquida da Celesc Geração apresentou alta de 5,0% (+R$2,0 milhões) no primeiro trimestre de 2018, registrando R$34,5 milhões, reflexo principalmente das oscilações positivas no fornecimento e suprimento de energia disponível para comercialização. O EBITDA e o lucro do trimestre variaram positivamente em 11,5% (+R$2,6 milhões) e 47,1% (+R$4,7 milhões) respectivamente, sendo influenciado positivamente pelo aumento de 5,0% na Receita Operacional Liquida (ROL) e também da redução de 23,1% nos custos e despesas operacionais. Como não tivemos, no trimestre, a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (impairment) o EBITDA e Lucro ajustado foram similar ao EBITDA e Lucro IFRS.

Celesc Geração S.A. | Resultado Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	**22,7**	**25,3**	***11,5%***
Margem EBITDA Ajustada (%)	*69,0%*	*73,3%*	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	**10,0**	**14,7**	***47,1%***
Margem Líquida Ajustada (%)	*30,4%*	*42,6%*	

Receita Operacional Bruta

Celesc Geração S.A. | Receita Operacional Bruta

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**36,3**	**38,3**	***5,6%***
Fornecimento de Energia	6,7	9,1	*36,3%*
Suprimento de Energia	15,5	15,7	*1,1%*
Energia de Curto Prazo	4,2	4,0	*-4,7%*
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	10,0	9,6	*-3,9%*

A variação no trimestre é explicada principalmente por:

i. Aumento de 36,3% (+R$2,4 milhões) na conta de fornecimento de energia;

ii. A receita com energia de curto prazo contraiu 4,7%, realizando R$4,0 milhões;
iii. Preço médio de venda de R$192,62 (R$191,98 sem CCEE) no primeiro trimestre de 2018 *versus* R$192,2 (R$204,97 sem CCEE);
iv. Receita Financeira de R$9,6 milhões milhões no trimestre, sendo R$1,7 milhões de atualização e R$7,8 milhões de juros sobre bonificação de outorga.

A tabela abaixo apresenta as quantidades físicas de energia faturada no primeiro trimestre de 2018 para cada um dos segmentos.

Celesc Geração S.A. | Energia Faturada

QUANTIDADE ENERGIA FATURADA (GWh)	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	**173,3**	**184,5**	***6,5%***
Industrial	27,5	35,1	*27,8%*
Comercial, Serviços e Outros	11,9	12,6	
Suprimento de Energia	106,1	122,5	*15,5%*
Energia de Curto Prazo (CCEE)	27,8	14,2	*-48,9%*
Preço Médio de Venda SEM CCEE (R$/MWh)	**204,97**	**191,98**	**-6,3%**
Preço Médio de Venda COM CCEE (R$/MWh)	**192,20**	**192,62**	**0,2%**

A energia faturada apresentou alta de 6,5% no trimestre (+11,2 GWh). Esse movimento decorreu, principalmente: (i) Aumento de 15,5% no segmento Suprimento deve-se, basicamente, ao início de contratos de cotas de garantia física, em especial, da usina Pery (Jul/17) e da migração de contratos de curto prazo; (ii) Aumento de 27,8% no segmento industrial (novos contratos); (iii) Redução de 48,9% na energia de curto prazo comercializada na CCEE que sofreu deslocamento na comercialização para as classes Industrial e Suprimentos.

A Usina Pery foi prorrogada pelos preceitos da lei 12.873/2013 sendo que a tarifa reflete, tão somente, o custo de O&M, entretanto, a companhia tem direito a indenização de R$113,9 milhões que será recebida via tarifa da usina enquanto durar o período de concessão conforme regulamenta a Resolução nº 257/2017 da ANEEL. As demais usinas que foram enquadradas sob o regime de cotas, sua concessão foi obtida por meio de leilão (Edital de leilão 12/2015) com o pagamento de bonificação de outorga, sendo assim, as tarifas destas usinas refletem além do custo de administração e O&M o retorno da bonificação de outorga e demais investimentos.

Conforme o quadro abaixo a RAG (Receita Anual de Geração) das Usinas da Celesc Geração deverão ser cobrados mensalmente de acordo com a Receita Mensal especificado na Resolução Homologatória.

Celesc Geração S.A. | RAG Usinas - Cotas

Usinas	RAG - Cota Mensal (R$)	RAG - Cota Anual (R$)	Garantia Física em Cotas
PCH Pery**	430.706,5	5.168.477,4	100%
PCH Palmeiras*	1.554.942,8	18.659.314,0	70%
PCH Bracinho*	1.016.622,6	12.199.471,3	70%
PCH Garcia*	785.694,5	9.428.333,6	70%
PCH Cedros*	743.650,9	8.923.810,8	70%
PCH Salto*	528.433,0	6.341.195,8	70%

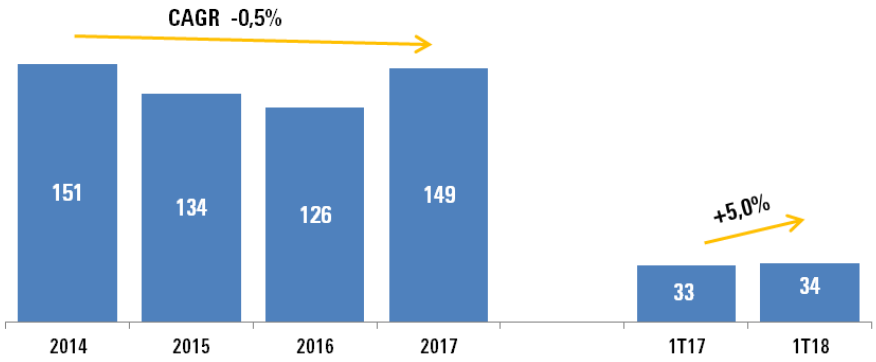
* Resolução Homologatória Nº 2.665 de 4/07/2017

** Resolução Homologatória Nº 2.288 de 22/08/2017

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida – ROL teve o reflexo do aumento da quantidade de energia faturada entre os os períodos.

Receita Operacional Líquida (R$ MM)



Custos e Despesas Operacionais

Celesc Geração S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(13,8)**	**(10,6)**	***-23,1%***
Custos com Energia Elétrica	**(4,4)**	**(5,5)**	***25,5%***
Energia Elét.Comp.Rev.+ Encargos	(3,8)	(4,9)	*29,3%*
Encargos do Uso do Sistema	(0,6)	(0,6)	*0,9%*
PMSO	**(5,8)**	**(3,7)**	***-36,0%***
Pessoal e Administradores	(3,7)	(2,9)	*-21,3%*
Material	(0,1)	(0,0)	*-32,8%*
Serviços de Terceiros	(1,8)	(1,8)	*-0,2%*
Provisões, líquidas	(0,1)	1,1	*1983,3%*
Outras Receitas / Despesas	(0,2)	(0,1)	*-49,7%*
Provisão/Reversão Teste Impairment, líquidas	**0,0**	**0,0**	
Depreciação / Amortização	**(3,6)**	**(1,4)**	***-61,0%***

Os custos e despesas operacionais reduziram 23,1% (-R$3,2 milhões) assinalando R$10,6 milhões no trimestre. Dentre os custos de energia, destaca-se a compra de 16 MW de fonte convencional para revenda (comercialização), contrato com vigência até 31 de março de 2025. As despesas com PMSO contraíram 36,0% (-R$2,1 milhões) sinalizando economia: R$0,8 milhões de Pessoal (R$2,9 milhoes), R$1,2 milhões de Provisões (R$1,1 milhões de Reversão de Provisão GSF) e R$0,1 milhões de Outras Despesas (R$0,1 milhões).

Resultado de Equivalência Patrimonial

A tabela abaixo reflete a Equivalência Patrimonial da Celesc Geração no 1T18. As usinas em operação (Rondinha, Rio das Flores e Xavantina), foram impactadas principalmente pelo GSF e custo de lastro de energia em 2017. Importante destacar que em 2018, todas participam do MRE. Maiores detalhes destes negócios estão disponíveis na Visão Geral da Celesc Geração.

Celesc Geração | Equivalência Patrimonial

R$ mil	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Rondinha Energética S.A.	0,8	(115,8)	-14207,7%
Painel Energética S.A.	(8,1)	(1,1)	86,6%
Campo Belo Energética S.A.	(10,1)	(1,6)	-84,1%
Companhia Energética Rio das Flores	361,7	393,7	8,8%
Xavantina Energética S.A.	(106,1)	190,7	279,7%
Garça Branca	(226,9)	(465,8)	-105,3%
EDP Transmissão Aliança SC S.A.		6,2	
Resultado da Equivalência Patrimonial	**11,3**	**6,3**	***-44,1%***

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA IFRS da Celesc Geração registrou R$25,3 milhões no primeiro trimestre de 2018, acréscimo de 11,5% (+R$2,6 milhões) em relação ao primeiro trimestre de 2017, a Margem EBITDA foi de 73,3%. A expansão do EBITDA deve-se ao aumento da Receita Operacional Líquida (ROL) decorrente dos motivos já expostos anteriormente: (i) Aumento na quantidade de energia faturada; (ii) Incremento de R$9,6 milhões com bônus de outorga e (iv) Diminuição nos Custos e Despesas Operacionais; (v) Reversão da provisão de R$1,1 milhões da GSF). Considerando que não tivemos a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (impairment) o EBITDA ajustado foi correspondente ao EBITDA IFRS.

Celesc Geração S.A. | Conciliação do EBITDA IFRS

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	**10,0**	**14,7**	***47,1%***
(+) IR e CSLL	5,1	7,6	
(+) Resultado Financeiro	3,9	1,6	
(+) Depreciação e Amortização	3,6	1,4	
EBITDA	**22,7**	**25,3**	***11,5%***
(-) Efeitos Não-Recorrentes			
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs		0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	**22,7**	**25,3**	***11,5%***
Margem EBITDA IFRS (%)	*69,0%*	*73,3%*	
Margem EBITDA Ajustada (%)	*69,0%*	*73,3%*	

Semelhante ao EBITDA, o Lucro Ajustando foi correspondente ao no Lucro Líquido IFRS com Margem Líquida de 42,6%.

Celesc Geração S.A. | Ajustes de Lucro/Prejuízo Líquido

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido (Reportado IFRS)	**10,0**	**14,7**	***47,1%***
(-) Efeitos Não-Recorrentes			
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs	0,0	0,0	
(=)Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	**10,0**	**14,7**	***47,1%***
Margem Líquida IFRS (%)	*30,4%*	*42,6%*	
Margem Líquida Ajustada (%)	*30,4%*	*42,6%*	

Endividamento

Celesc Geração S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 1T18			
R$ Milhões	em 31 de Dezembro 2017	em 31 de Março 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	150,7	150,9	0,14%
Dívida Longo Prazo	0,0	0,0	
Dívida Financeira Total	**150,7**	**150,9**	0,14%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	**77,1**	**71,8**	-6,82%
Dívida Financeira Líquida	**73,6**	**79,1**	**7,44%**
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	**0,7x**	**0,8x**	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	**0,8x**	**0,8x**	
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	**0,4x**	**0,3x**	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	**0,2x**	**0,2x**	

Debêntures

Em 28 de janeiro de 2016, foi aprovada a realização da 1ª emissão, pela Companhia, de 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$150 milhões, com vencimento no prazo de 24 meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderam a 125,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI e foram pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2,5 nos dois primeiros semestres e relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 nos dois últimos semestres.

Os recursos da emissão de debêntures da Celesc Geração foram utilizados para pagar a segunda parcela da outorga de usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015. A emissão contou com garantia corporativa da acionista controladora, a holding Celesc.

Em Assebleia Geral de Debenturistas, foi autorizado a repactuação da 1° Emissão de Debênture Simples pela Celesc Geração, conforme Comunicado ao Mercado em 05/03/2018, alterando a data de vencimento para 01/06/2018.

A Celesc G iniciou os procedimentos para preparação dos documentos e atos societários relativos à sua 2º Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em série única, no montante de R$150,0 milhões, em regime de garantia firme de subscrição, contando com garantia fidejussória e real. Os recursos serão destinados para quitação da 1º Emissão de Debêntures que ocorrerá em 01 de junho de 2018.

Ratings da Celesc Geração e da Controladora

A Fitch Ratings atribuiu ratings A+ (A mais) à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e à sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A. (Celesc G). Ao mesmo tempo, a agência atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo 'A+(bra)' (A mais (bra)) à proposta de primeira emissão de debêntures da Celesc G, no montante de até BRL150 milhões e prazo de dois anos. A Perspectiva dos ratings corporativos é Estável.

Investimentos | CAPEX

Os investimentos em SPEs totalizaram R$4,3 milhões no primeiro trimestre de 2018, sendo R$1,6 milhões aplicados na SPE Garça Branca, R$2,2 milhões na SPE Rondinha e R$0,5 milhões na EDP Transmissão Aliança. Já os investimentos no parque gerador próprio somaram R$1,4 milhões no ano, destancando R$0,6 milhões de investimentos na usina São Lourenço e R$0,7 milhões na usina Garcia.

Celesc Geração S.A. | CAPEX

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Investimentos Celesc Geração	**4,2**	**5,7**	**36,5%**
Investimentos em SPEs	1,9	4,3	*129,0%*
Usinas Parque Gerador Próprio	2,3	1,4	-39,7%

Para o ano de 2018, conforme Comunicado ao Mecado divulgado em 14 de dezembro de 2017, o orçamento de investimento é de R$ 59,7 milhões, sendo R$ 13,0 milhões para Novos Negócios, R$ 19,1 milhões para Ampliações, R$11,2 milhões para Participadas e R$ 16,4 milhões para Melhorias.

2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A.

Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218/2015, determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória n° 579/2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783/2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga - RBO em taxa de 9,04% real a.a.. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R$/ano.

A Celesc Geração arrematou o Lote C ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas, adicionado ao aporte financeiro de R$228 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 05 de janeiro de 2016. As usinas PCH Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuíam concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data é que se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue abaixo a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | Usinas incluídas na Portaria do MME nº 218 de 15/05/2015

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
Total - MW			**63,20**	**44,60**

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

Concessão PCH Celso Ramos

Com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,6MW para 12,8MW) aprovado pelo Órgão Regulador (Despacho Aneel nº 115/2014), a Companhia encaminhou toda a documentação necessária à ANEEL, sendo que na 8ª REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA da Diretoria da ANEEL, realizada em 17 de março de 2015, obteve a autorização para o início das obras de ampliação, bem como, a prorrogação do prazo de concessão por 20 (vinte) anos, com base no disposto no § 7º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 (Resolução Autorizativa nº. 5.078). O prazo para as obras de ampliação da usina encerram-se no ano de 2021. Com a finalidade de legitimar referidas autorizações, a Celesc Geração firmou junto a ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013.

Fator de ajuste da garantia física – GSF
A Celesc Geração entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra União e a a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:
i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da Garantia Física;
ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da Garantia Física;
iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requereu ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc Geração busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF[12], uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa à razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos de 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014 (90,6%), 2015 (84,7%), 2016 (86,8%), 2017 (79,5%) quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano, em 2018 registra 117,2% ajustado até março. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual pode ficar aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que vem constituindo significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Próvisória n. 814/2018, a qual se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Neste contexto, a companhia está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.3 – SCGÁS

2.3.1 – Desempenho Operacional

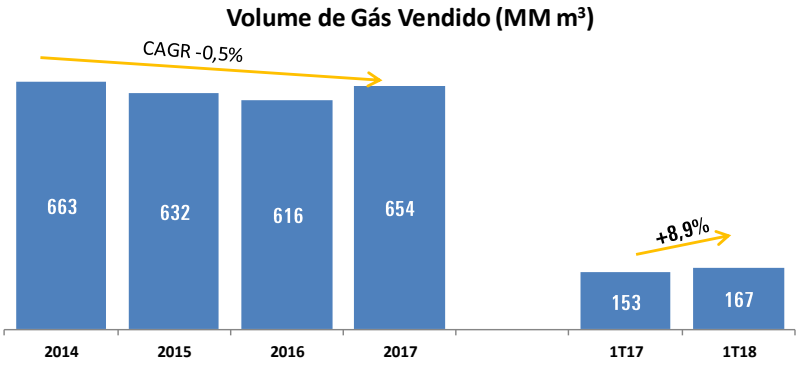
A expansão no volume do gás vendido foi decorrente, principalmente:

i. Aumento de 7,6% (+9.568 mil m^3) na classe industrial, visto que a classe concentra 82,3% do gás consumido;
ii. Acréscimo de 16,5% (+3.672 mil m^3) no segmento automotivo, esta classe representa 15,5% do total de gás consumido e também é severamente influenciado pelo contexto econômico e preço da gasolina/etanol; e
iii. Elevação de 26,3% (+61 mil m^3) no segmento residencial.

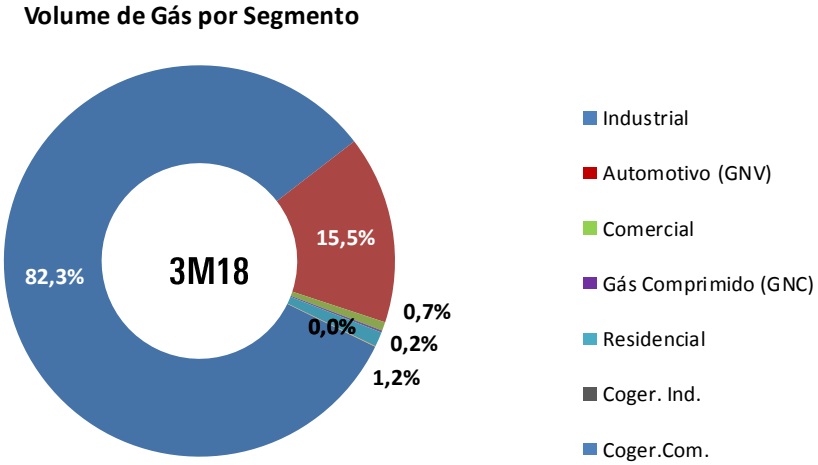
12 É a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada "garantia física ajustada".

SCGÁS S.A. | Venda de Gás por Segmento

Volume (mil m³)	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Industrial	127.572	137.229	*7,6%*
Automotivo (GNV)	22.246	25.919	*16,5%*
Comercial	1.166	1.182	*1,3%*
Residencial	234	295	*26,3%*
Gás Comprimido (GNC)	1.899	2.021	*6,4%*
Cogeração Industrial	-	74	
Cogeração Comercial	4	9	*120,1%*
Total	**153.121**	**166.729**	***8,9%***



A seguir, no gráfico, a representação de cada segmento de consumo no volume de vendas no trimestre:



2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro

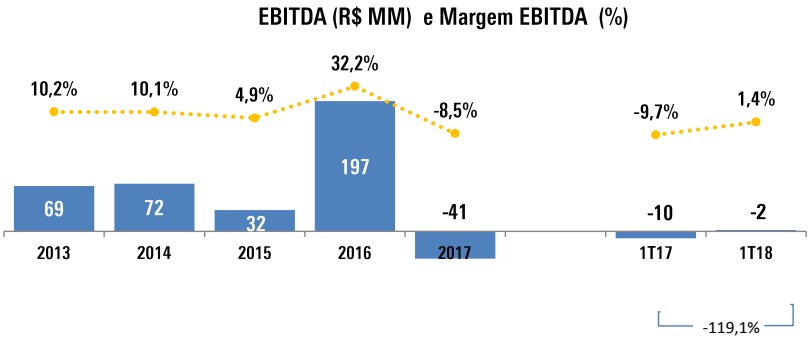
SCGÁS S.A. | Principais Indicadores Financeiros

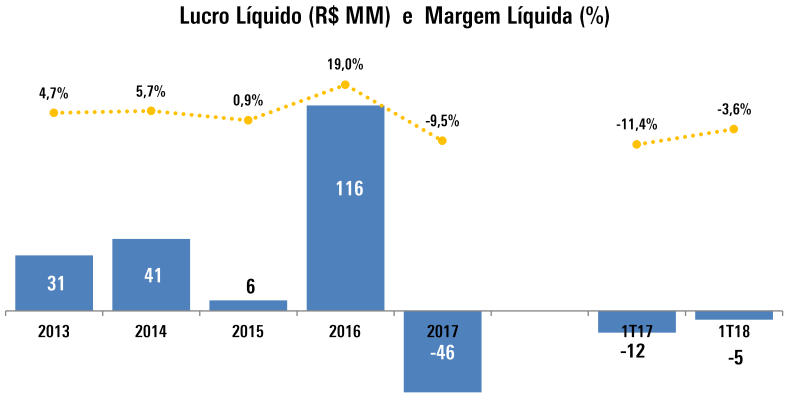
R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	**140,2**	**181,0**	***29,1%***
Deduções da Receita Operacional	(32,2)	(40,4)	*25,4%*
Receita Operacional Líquida	**108,0**	**140,6**	***30,1%***
Custos e Despesas Operacionais	(120,8)	(138,9)	*15,0%*
Resultado das Atividades	**(12,8)**	**1,7**	***113,0%***
EBITDA	**(10,4)**	**2,0**	***119,1%***
Margem EBITDA Ajustada (%)*	*-9,7%*	*1,4%*	
Resultado Financeiro	**1,2**	**(0,5)**	***-144,2%***
IR/CSLL	(6,3)	(1,4)	
Lucro/ Prejuízo Líquido	**(12,3)**	**(5,0)**	***59,2%***
Margem Líquida Ajustada (%)*	*-11,4%*	*-3,6%*	

**Margens Ajustadas, pois excluem Receita de Construção.*

A Receita Operacional Bruta – ROB da SCGÁS no primeiro trimestre de 2018 foi de R$181,0 milhões (R$144,2 Industrial, R$32,3 milhões Veicular, R$2,4 Comercial, R$1,2 milhões Gás Comprimido e R$0,8 milhões Residencial). O aumento da ROB deve-se: (i) a melhora da conjutura econômica; (ii) Base comparativa do 1T17 profundamente impactado pelas Resolução ARESC nº062/2016 e nº 074/2016 (redução acumulada de tarifa média em 39%); e (iii) Resolução ARESC Nº 094 de dezembro de 2017 autorizou o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás significando IRPGT (Indíce de de Reajuste do Preço do Gás e Transporte) de 9% (atualização da Conta Gráfica) que foram repassados para tarifa a partir de primeiro de janeiro de 2018.

O EBITDA somou R$2,0 milhões , influenciado pelo aumento dos custos e despesas operacionais de 15% (+R$18,1 milhões) impactado negativamente pelo aumento da variação cambial (custo com compra de gás). A companhia assinalou prejuízo de R$5,0 milhões no trimestre decorrente dos motivos já expostos, contudo prejuízo menor que o assinalado no 1T17.



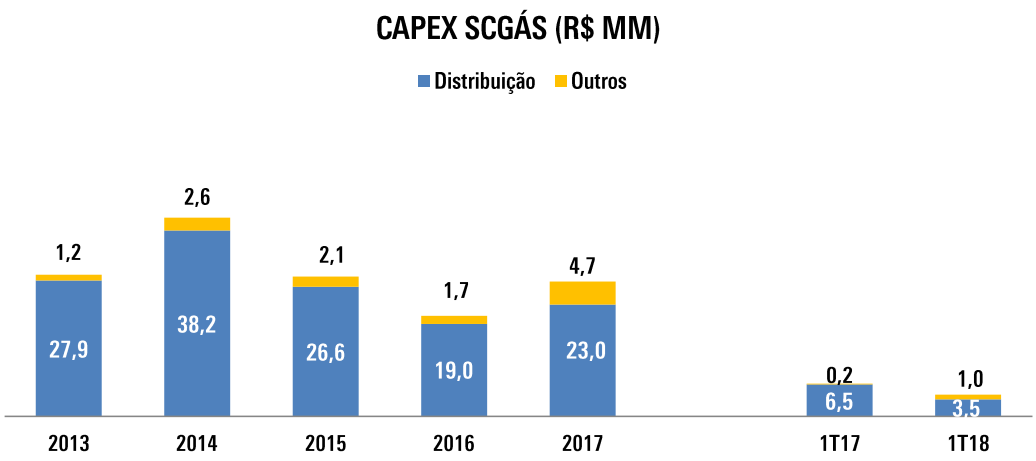


Investimentos

Os Investimentos realizados no primeiro trimestre de 2018 foram majoritariamente destinada a expansão da rede de distribuição de gás natural conforme demonstra a tabela e o gráfico a seguir:

SCGÁS S.A. | CAPEX

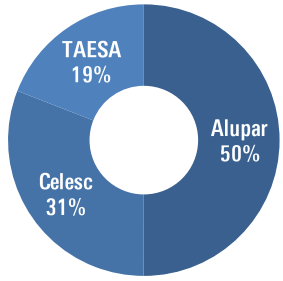
R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Rede de Distribuição	**6,5**	**3,5**	***-46,5%***
Expansão	5,1	2,0	***-61,0%***
Gastos Adm.Obras Diretos	1,2	1,2	***3,5%***
Estudos e Projetos	0,2	0,3	***23,1%***
Outros	0,2	1,0	***424,2%***
Total	**6,7**	**4,5**	***-33,6%***


CAPEX SCGÁS (R$ MM)
Distribuição
Outros
1,2
27,9
2,6
38,2
2,1
26,6
1,7
19,0
4,7
23,0
0,2
6,5
1,0
3,5
2013
2014
2015
2016
2017
1T17
1T18

*4 – **Demais Participações** (dados financeiros equivalentes a 100% do resultado de cada participada)*

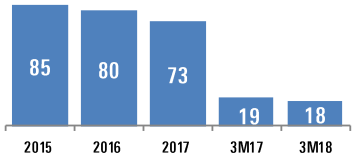
ECTE

Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R$ 443MM	•R$ 164,17 MM	•R199,7MM

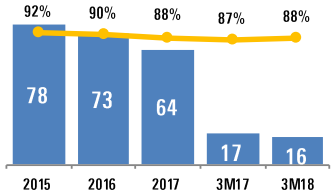


Constituída em 2000, detém 30 anos de concessão para explorar a Linha de Transmissão SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. Criou a subsidiária integral ETSE para gerir novas linhas de transmissão, com concessão de 30 anos (leilão conquistado em Dez/2011).

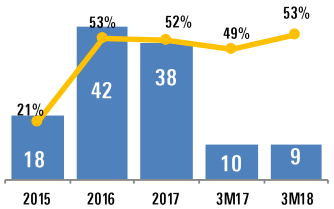
Receita Operacional Líquida (R$ MM)
Exclui Receita de Construção



EBITDA (R$ MM) e Marg EBITDA (%)

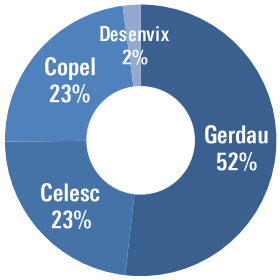


Lucro Líquido (R$ MM) e Marg Líq (%)



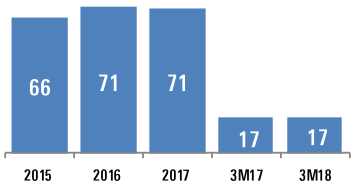
Dona Francisca Energética S.A.

Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R$ 138,5 MM	•R$ 119,4 MM	•R$ 0 MM • *caixa líquido

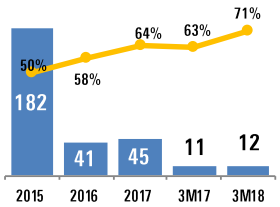


Produtora independente de energia elétrica, constituída em 1998, detém concessão de 35 anos da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Está localizada no Rio Jacuí (RS) com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80 MW.

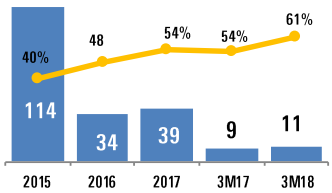
Receita Operacional Líquida (R$ MM)



EBITDA (R$ MM) e Marg EBITDA (%)



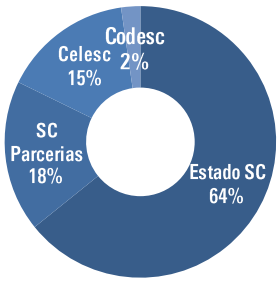
Lucro Líquido (R$ MM) e Marg Líq (%)



---

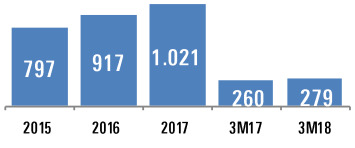
casan

Ativo	Pat. Liq.	Dív Liq.
•R$ 3.246 MM	•R$ 1.277 MM	•R$ 1.154 MM

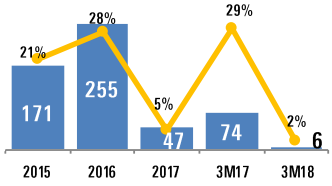


Opera serviços de água e esgoto para uma população de 2,5 milhões de habitantes mediante contratos de concessão firmados com 201 municípios no Estado de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná. A orientação estratégica contida no Plano Diretor da Celesc prevê a alienação dessa participação acionária.

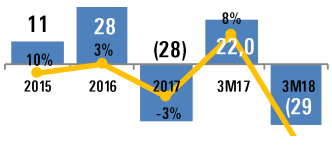
Receita Operacional Líquida (R$ MM)



EBITDA (R$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R$ MM) e Marg Líq (%)



3 – Holding

3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora

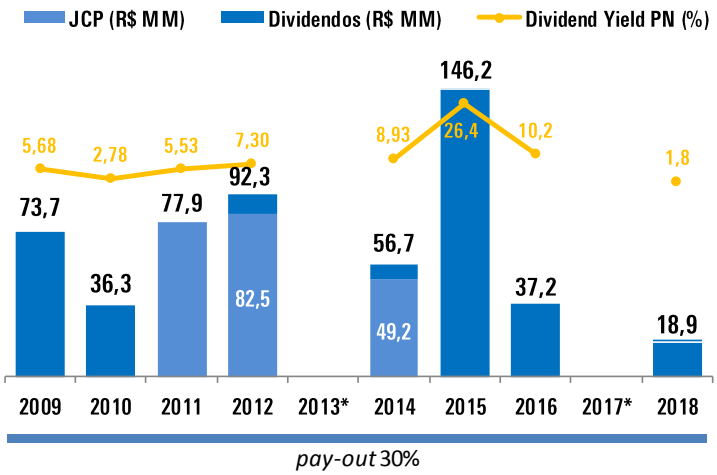
Controladora | Resultado das Participações Societárias

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Celesc Distribuição (100%)	95,2	57,4	*-39,7%*
Celesc Geração (100%)	10,0	14,7	*47,1%*
SCGÁS (17%)	(2,1)	(0,9)	*-130,2%*
ECTE (30,9%)	3,0	2,9	*-1,5%*
DFESA (23%)	2,2	2,5	*13,9%*
Resultado da Equivalência Patrimonial	**108,2**	**77,5**	***-28,4%***

3.2 – Dividendos

Conforme Aviso ao Acionista - Pagamento de Dividendos de 04/05/2018, os dividendos referente ao exercício de 2017, no montante de R$18,9 milhões, serão pagos em duas parcelas: 1) a primeira parcela, no valor de R$9,45 milhões, estará à disposição dos acionistas no dia 29/06/2018, sendo pagos de dividendos R$0,23177562 por ação ordinária e R$0,254953185 por ação preferencial; 2) a segunda parcela, também, no montante de R$9,45 milhões, estará à disposição dos acionistas no dia 28/12/2018, sendo pagos de dividendos R$0,23177562 por ação ordinária e R$0,254953185 por ação preferencial. Farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia que detinham posição acionária na data de 30.04.2018

Desde 2009, a companhia pratica um *pay-out* (percentual de distribuição de lucro líquido) igual a 30%, cinco pontos percentuais acima do mínimo obrigatório e estatutário, seguindo a atual política de distribuição de dividendos aprovada no Plano Diretor. O gráfico abaixo apresenta o histórico de proventos, bem como o *dividend-yield* (retorno do dividendo) propiciado aos detentores de ações preferenciais CLSC4 da Companhia.



*Não houve distribuição em 2013 e 2017 em função do prejuízo apurado em 2012 de R$ 225MM e 2016 de R$ 9MM.

4 – Resultado Consolidado

4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Consolidado | Principais Indicadores Financeiros

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Receita Operacional Bruta	**2.626,8**	**2.937,6**	***11,8%***
Deduções da Receita Operacional	(1.087,6)	(1.162,8)	*6,9%*
Receita Operacional Líquida	**1.539,2**	**1.774,8**	***15,3%***
Custos e Despesas Operacionais	(1.381,3)	(1.640,7)	*18,8%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	**3,1**	**4,6**	***48,6%***
Resultado das Atividades	**161,0**	**138,7**	***-13,8%***
EBITDA	**214,5**	**191,9**	***-10,5%***
Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)	*14,8%*	*11,4%*	
Resultado Financeiro	**4,6**	**(19,8)**	***-528,8%***
LAIR	**165,6**	**118,9**	***-28,2%***
IR/CSLL	(63,9)	(47,9)	***-25,1%***
Lucro/ Prejuízo Líquido	**101,7**	**71,0**	***-30,2%***
Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)	*7,0%*	*4,2%*	
Depreciação/Amortização	**(53,5)**	**(53,2)**	***-0,5%***
Receita de Construção	**94,0**	**94,4**	***0,5%***

Dentre os fatores que contribuíram para a expansão da ROL no trimestre, destacam-se:

i. Aumento da Disponibilização de Rede Eletrica (3%) e da Doação e Suvenção (38%) na subisidiária Celesc D;
ii. Incremento de R$22,7 milhões no trimestre em *Receita com fornecimento* de bandeira tarifária;
iii. Variação positiva de 97,9% no de Ativo Regulatório da susidiária Celesc D conforme detalhado no respectivo tópico;
iv. Desempenho positivo da subsidiária Celesc Geração conforme abordado no respectivo tópico;
v. Aumento de 46% no resultado das participações (SCGás, DFESA, ECTE e SPEs da Celesc Geração).

Não tivemos itens não recorrentes no resultado consolidado do trimestre, portanto, o EBITDA e Lucro ajustado foram semelhante ao EBITDA e Lucro IFRS.

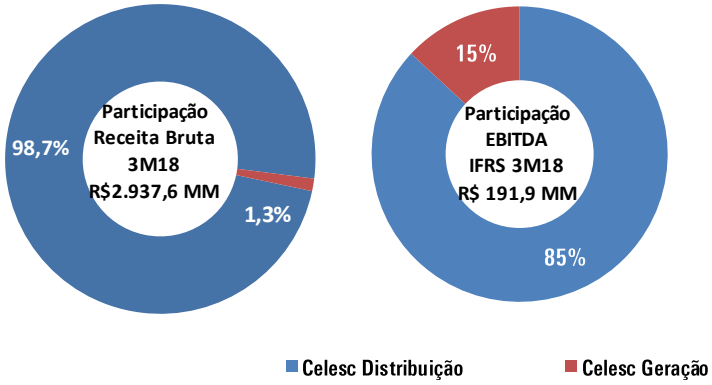
Consolidado | Resultado Ajustado*

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
EBITDA Ajustado*	214,5	191,9	*-10,5%*
Margem EBITDA Ajustada, ex-Receita de Construção (%)	*14,8%*	*11,4%*	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado*	101,7	71,0	*-30,2%*
Margem Líquida Ajustada, ex-Receita de Construção (%)	*7,0%*	*4,2%*	

**IFRS +Ativos e Passivos Regulatórios - Itens Não-Recorrentes.*

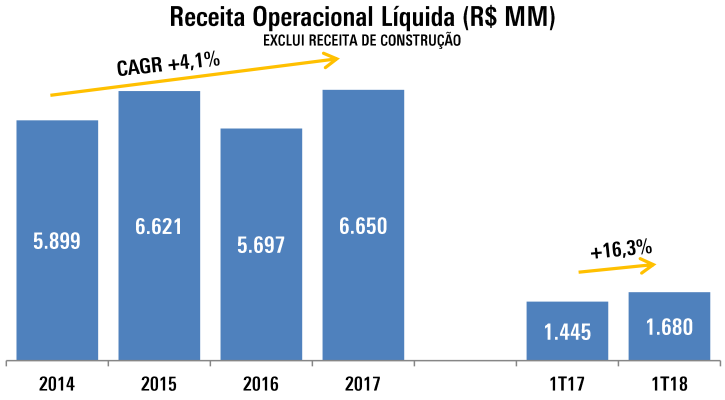
Receita Operacional Bruta – ROB e Participação no EBITDA Consolidado

A ROB é composta majoritariamente pela receita advinda da atividade de distribuição de energia elétrica. Os gráficos abaixo indicam respectivamente a participação na Receita Bruta, EBITDA IFRS.



Receita Operacional Líquida Consolidada

O gráfico abaixo apresenta a evolução da ROL desconsiderando os efeitos da receita de construção.



Custos e Despesas Operacionais Consolidados

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.381,3)**	**(1.640,7)**	***18,8%***
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	**(1.018,0)**	**(1.282,0)**	***25,9%***
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.018,0)	(1.282,0)	*25,9%*
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	**(185,4)**	**(192,0)**	***3,5%***
Pessoal e Administradores	(158,6)	(152,3)	*-4,0%*
Material	(3,4)	(3,1)	*-8,4%*
Serviços de Terceiros	(43,5)	(47,2)	*8,3%*
Outras Receitas / Despesas	20,1	10,6	*-47,4%*
Provisões, líquidas	**(30,4)**	**(19,1)**	***-37,2%***
Depreciação / Amortização	**(53,5)**	**(53,2)**	***-0,5%***
Custo de Construção	**(94,0)**	**(94,4)**	***0,5%***

Detalhes das principais variações encontram-se nos tópoicos da Celesc Distribuição e Celesc Geração. A tabela a seguir apresenta a despesa total com Pessoal em termos consolidados, também detalhados nos tópicos das companhias de distribuição e geração.

Consolidado | Despesas com Pessoal

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Pessoal - Total	**(158,6)**	**(152,3)**	***-4,0%***
Pessoal e Administradores	(141,9)	(145,8)	*2,7%*
Pessoal e Encargos	(134,8)	(138,5)	2,7%
Previdência Privada	(7,1)	(7,3)	2,5%
Despesa Atuarial	(16,7)	(6,5)	*-61,0%*

Resultado de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta o reflexo no Resultado Consolidado do Grupo Celesc referente aos resultados da SCGÁS, ECTE, Dona Francisca Energética - DFESA e das SPEs na qual a Celesc Geração detém participação minoritária, comentadas anteriormente. As principais informações quanto às variações apresentadas podem ser consultadas nos tópicos específicos.

Consolidado | Equivalência Patrimonial

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
SCGÁS (17%)	(2,1)	(0,9)	-100,0%
ECTE (30,9%)	3,0	2,9	-1,5%
DFESA (23%)	2,2	2,5	13,9%
SPEs - Celesc Geração	0,6	0,0	-98,9%
Resultado da Equivalência Patrimonial	**3,7**	**5,4**	***46,0%***

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA Consolidado IFRS - Não-Recorrentes

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	**101,7**	**71,0**	***30,2%***
(+) IR e CSLL	(63,9)	(47,9)	***-25,1%***
(+) Resultado Financeiro	4,6	(19,8)	*-528,8%*
(+) Depreciação e Amortização	(53,5)	(53,2)	*-0,5%*
EBITDA	**214,5**	**191,9**	**-10,5%**
(-) Celesc Distribuição | Efeitos Não-Recorrentes	0,0	0,0	
(-) Celesc Geração | Teste Impairment PCHs	0,0	0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	**214,5**	**191,9**	**-10,5%**
Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)	*14,8%*	*11,4%*	
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	*14,8%*	*11,4%*	

Resultado Financeiro

Consolidado | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Receitas Financeiras	**68,8**	**40,4**	***-41,3%***
Renda de Aplicações Financeiras	25,6	5,4	*-79,0%*
Incetivo Financeiro Fundo Social	1,2		*-100,0%*
Variações Monetárias	10,2	3,8	*-62,8%*
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	29,0	22,7	*-21,7%*
Variação Cambial Energia Comprada	0,0	1,4	
Ativo Regulatório/ Taxas Regulamentares	4,4	7,9	*79,4%*
Rendas de Dividendos	1,3	0,0	*-100,0%*
Outras Receitas Financeiras	(2,9)	(0,7)	*-75,9%*
Despesas Financeiras	**(64,1)**	**(60,2)**	***-6,2%***
Encargos de Dívidas	(21,3)	(18,7)	*-12,5%*
Variações Monetárias	(0,5)	(2,1)	*317,9%*
Passivo Regulatório/ Taxas Regulamentares	(15,8)	(23,4)	*47,8%*
Atualização P&D e Eficiência Energética	(7,0)	(3,8)	*-45,4%*
Juros e custos sobre Debêntures	(15,7)	(7,2)	*-54,2%*
Outras Despesas Financeiras	(3,7)	(5,0)	*35,1%*
Resultado Financeiro Líquido	**4,6**	**(19,8)**	***-528,0%***

Lucro Líquido Consolidado

LUCRO LÍQUIDO Consolidado IFRS - Não-Recorrentes

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	**101,7**	**71,0**	***-30,2%***
(+) Celesc Distribuição | Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios	0,0	0,0	
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	**101,7**	**71,0**	**-30,2%**
(-) Celesc Distribuição | Efeitos Não-Recorrentes	0,0	0,0	
(-) Celesc Geração | Teste Impairment PCHs	0,0	0,0	
(=) Lucro Líquido Ajustado	**101,7**	**71,0**	**-30,2%**
Margem Líquida sem Ajustes (IFRS)	*7,0%*	*4,2%*	
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	*7,0%*	*4,2%*	

Endividamento

Reflete os movimentos já apresentados para as subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

Consolidado | Endividamento

Dívida Financeira 1T18			
R$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 31 de Marçode 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	340,4	459,5	35,0%
Dívida Longo Prazo	142,3	136,9	-3,8%
Dívida Financeira Total	**482,7**	**596,3**	**23,5%**
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	**564,6**	**487,4**	-13,7%
Dívida Financeira Líquida	**(81,9)**	**108,9**	**-233,0%**
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	**-0,2x**	**0,2x**	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	**-0,2x**	**0,2x**	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	**0,0x**	**0,1x**	

A seguir, tabela considerando as Obrigações com Pensão (passivo atuarial).

Consolidado | Endividamento + Passivo Atuarial

Dívida Financeira + Benefícios Pós-Emprego 1T18			
R$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2017	em 31 de Marçode 2018	Δ
Dívida de Curto Prazo	340,4	459,5	35,0%
Dívida Longo Prazo	142,3	136,9	-3,8%
Dívida Financeira Total	**482,7**	**596,3**	**23,5%**
(+) Passívo Atuarial Líquido	**1.364,5**	**1.349,7**	**-1,1%**
Obrigações com Pensão	1.179,8	1.160,0	-1,7%
Outros benefícios a empregados	698,1	697,8	0,0%
(-) IR/CSLL diferidos[1]	513,5	508,0	-1,1%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	**564,6**	**487,4**	-13,7%
Dívida Líquida Ajustada	**1.282,5**	**1.458,7**	**13,7%**
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	**2,5x**	**2,9x**	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	**2,4x**	**2,8x**	
Dívida Total Ajust./ Patrimônio Líquido	**1,0x**	**1,0x**	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	**0,7x**	**0,8x**	

[1] ITR 1T18, Nota Explicativa 20.a

Ratings da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC

Moody's em fevereiro de 2017 atribuiu ratings de emissor B1 em escala global e Baa1.br em escala nacional à controladora do Grupo Celesc.

Investimentos do Grupo

Grupo Celesc | Investimentos Realizados no Período

R$ Milhões	1º Trimestre		
	2017	2018	Δ
Geração de Energia Elétrica	4,2	5,7	*36,5%*
Distribuição de Energia Elétrica	100,1	100,5	*0,4%*
Total	**104,3**	**106,2**	**1,8%**

Para o ano de 2018, o orçamento de investimento consolidado totaliza R$ 462,8 milhões, sendo R$ 395,1 milhões em Distribuição de Energia Elétrica, R$ 59,7 milhões em Geração de Energia Elétrica e R$ 8 milhões em Novos Negócios.

5 – Desempenho no Mercado de Capitais

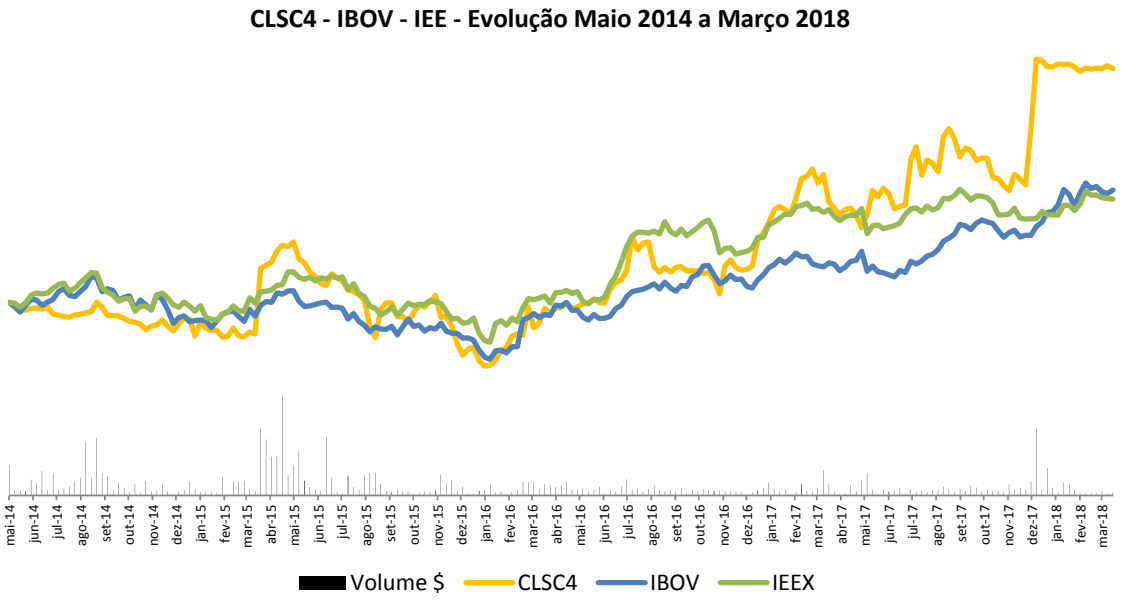
As ações da Celesc são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos CLSC3 (15.527.137 ações ordinárias – ON, 40,26%) e CLSC4 (23.044.454 ações preferenciais – PN, 59,74%). Desde que adentrou ao Nível 2 de Governança Corporativa em 2002, a companhia passou a integrar o IGC e o ITAG, índices compostos por empresas que oferecem transparência e proteção aos acionistas minoritários.

O principal índice da Bolsa de Valores brasileira, o Ibovespa, apresentou retorno positivo de 11,73% no trimestre e 31,36% no acumulado doze meses. O Índice de Energia Elétrica - IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico apresentou valorização de 4,31% no trimestre e variação positiva de 3,36% nos últimos doze meses. Diante desse cenário, as Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desempenho negativo de 1,84% no trimestre e valorização de 45,43% nos últimos doze meses.

Acompanhamento CLSC4	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18
Cotação de fechamento ajustado a proventos (R$/ação)	18,29	18,00	21,49	27,10	26,60
Preço / Lucro	10,7x	4,8x	10,2x	15,7x	28,5x
Preço / Valor Patrimonial	0,3x	0,3x	0,4X	0,5X	0,6X
Volume médio negociado (Mil ações)	13	11	8	16	8
Volume médio negociado (R$ Mil)	243	204	160	358	206
Valor de Mercado (R$ Milhões)	779	694	885	1090	1.158
Valor de Mercado (US$ Milhões)	247	210	281	330	353
Rentabilidade (%)	15,10	-1,59	19,39	26,1	-1,84
Rentabilidade nos últimos 12 meses (%)	54,83	36,36	54,38	70,55	45,43
Rentabilidade Ibovespa (%)	7,9	-3,21	19,37	2,84	11,73
Rentabilidade Ibovespa últimos 12 meses (%)	29,83	22,07	27,32	26,86	31,36
Rentabilidade IEE (%)	10,7	-4,69	9,39	-3,81	4,31
Rentabilidade IEE últimos 12 meses (%)	43,48	23,74	13	10,04	3,36

Fonte: Economática

O gráfico abaixo apresenta desempenho da CLSC4 comparativamente ao Ibovespa e IEE nos últimos anos:



ANEXOS

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R$ Mil

Ativo	31/12/2017	31/03/2018	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	31/03/2018
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	564.594	487.414	Fornecedores	831.582	758.627
Ativo indenizatório - concessão	-	-	Empréstimos	88.057	203.050
Contas a receber	1.399.563	1.420.058	Debêntures	252.333	256.400
Estoques	9.732	11.303	Salários e Encargos Sociais	200.623	185.007
Tributos a recuperar ou compensar	75.831	88.387	Tributos e contribuições sociais	208.823	227.959
Dividendos	9.045	6.174	Dividendos Propostos	16.301	16.301
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	30.277	28.467	Taxas Regulamentares	2.677.615	2.524.487
Outros Créditos	1.783.575	1.739.111	Partes Relacionadas	19.732	10.095
			Passivo Atuarial	139.305	137.038
			Outros Passivos	47.658	54.428
			Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	4.638	993
	3.872.617	**3.780.914**		**4.486.667**	**4.374.385**
Não circulante			**Não circulante**		
Contas a receber	35.380	40.950	Empréstimos	42.409	36.917
Partes relacionadas	6.622	6.641	Debêntures	99.883	99.974
Aplicações Financeiras	137.478	137.478	Taxas Regulamentares	156.610	169.060
Ativo indenizatório - concessão	397.355	376.387	Tributos diferidos	9.613	11.171
Tributos a recuperar ou compensar	19.440	23.351	Passivo Atuarial	1.738.673	1.720.751
Tributos diferidos	641.806	641.220	Provisão para Contingências	618.934	633.000
Depósitos Judiciais	161.430	175.296	Outros Passivos	2.476	2.476
Outros Créditos	3.524	3.806	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	21.689	38.388
Investimentos	216.481	222.630	Salários e Encargos Sociais	41.060	39.872
Intangível	3.174.561	3.216.574		**2.731.347**	**2.751.609**
Imobilizado	151.672	151.866			
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	241.886	245.329		**7.218.014**	**7.125.994**
			Patrimônio líquido		
			Capital	1.340.000	1.340.000
	5.187.635	**5.241.528**	Reservas de capital	316	316
			Lucros/Prejuízos Acumulados		71.818
			Reservas de Lucro	1.189.031	1.172.247
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(687.109)	(687.933)
				1.842.238	**1.896.448**
Total do ativo	**9.060.252**	**9.022.442**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**9.060.252**	**9.022.442**

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONSOLIDADO

Em R$ Mil

	1T17	1T18	Var %
Receita Operacional Bruta	**2.626.787**	**2.937.640**	**11,8%**
Fornecimento de Energia Elétrica	1.687.517	1.696.870	0,6%
Suprimento de Energia Elétrica	81.176	93.754	15,5%
Ativo Regulatório	(209.217)	(4.423)	-97,9%
Energia de Curto Prazo	34.019	41.502	22,0%
Disponibilização de Rede Elétrica	789.302	814.086	3,1%
Doações e Subvenções	135.907	187.512	38,0%
Renda de Prestação de Serviços	521	598	14,8%
Serviço Taxado	2.875	3.140	9,2%
Receita Financeira	9.953	9.567	-3,9%
Outras Receitas	753	596	-20,8%
Receita de Construção	**93.981**	**94.438**	0,5%
Deduções da Receita Operacional	**(1.087.584)**	**(1.162.812)**	**6,9%**
ICMS	(531.774)	(535.193)	0,6%
PIS/COFINS	(232.993)	(262.721)	12,8%
RGR	-	-	
CDE	(295.056)	(344.537)	16,8%
CCC	-	-	
P&D	(7.246)	(8.440)	16,5%
PEE	(7.065)	(8.233)	16,5%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.722)	(1.725)	0,2%
Outros Encargos	(11.728)	(1.963)	-83,3%
Receita Operacional Líquida	**1.539.203**	**1.774.828**	**15,3%**
Custos e Despesas Operacionais	**(1.381.303)**	**(1.640.688)**	**18,8%**
Energia comprada p/ revenda e encargos	(1.018.006)	(1.281.966)	25,9%
Pessoal, Administradores	(141.923)	(145.796)	2,7%
Despesa Atuarial	(16.695)	(6.517)	-61,0%
Material	(3.409)	(3.122)	-8,4%
Serviço de Terceiros	(43.528)	(47.161)	8,3%
Depreciação / Amortização	(53.505)	(53.214)	-0,5%
Provisão de PCLD	(9.207)	(10.051)	9,2%
Reversão de Provisão de PCLD	4.334	1.422	-67,2%
Provisão de Outros	(28.485)	(14.529)	-49,0%
Reversão de Provisão de Outros	2.994	4.103	37,0%
Outras Receitas / Despesas	20.108	10.581	-47,4%
Custo de Construção	**(93.981)**	**(94.438)**	**0,5%**
Resultado Equivalência Patrimonial	**3.062**	**4.550**	**48,6%**
Resultado das atividades - EBIT	**160.962**	**138.690**	**-13,8%**
Margem das atividades (%)	10,5%	7,8%	
EBITDA (R$ mil)	**214.467**	**191.904**	**-10,5%**
Margem EBITDA (%)	13,9%	10,8%	
Resultado Financeiro	**4.617**	**(19.799)**	**-528,8%**
Receita Financeira	68.757	40.385	-41,3%
Despesa Financeira	(64.140)	(60.184)	-6,2%
LAIR	**165.579**	**118.891**	**-28,2%**
IR e CSLL	(25.548)	(45.754)	79,1%
IR e CSLL Diferido	(38.375)	(2.143)	-94,4%
Lucro Líquido	**101.656**	**70.994**	**-30,2%**
Margem Líquida (%)	**6,6%**	**4,0%**	

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - CONSOLIDADO Em R$ Mil

	12M17	3M18
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**156.156**	**118.891**
Ajustes	**477.668**	**100.975**
Depreciação e Amortização	218.046	53.214
Baixa de Ativo Indenizatório	856	226
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	53.695	10.910
Resultado da Equivalência Patrimonial	(9.563)	(4.550)
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(2.328)	(596)
Reversão de provisão para perdas no imobilizado em controladas	(3.092)	-
Realização de Provisão para Perdas		
Juros e Variações Monetárias	112.833	22.126
Atualização Monetária Bonificação Outorga	(40.808)	(9.567)
Outros Ajustes de Investimentos	-	-
Provisão para Passivo Atuarial	73.047	6.517
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	54.167	8.629
Contingências	20.815	14.066
Provisão/Reversão para perdas de ativos	-	
Variações nos Ativos e Passivos	**(162.181)**	**(256.579)**
Contas a Receber	(187.508)	(50.849)
Estoques	274	(1.571)
Tributos a recuperar	44.475	(16.467)
Outros Ativos	(105.006)	55.234
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(303.171)	15.285
Ativos Financeiro	(381.977)	41.480
Depósitos Judiciais	(37.094)	(13.866)
Fornecedores	206.482	(72.955)
Salários e Encargos Sociais	32.757	(16.804)
Tributos a Pagar	57.601	5.976
Taxas Regulamentares	381.255	(140.612)
Passivos Financeiro	288.746	(20.492)
Outros Passivos	1.120	(2.866)
Passivo Atuarial	(160.135)	(38.072)
Caixa Proveniente das Operações	**471.643**	**(36.713)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(75.689)	(32.594)
Juros Pagos	(74.485)	(5.780)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**321.469**	**(75.087)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	**(371.561)**	**(110.753)**
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(389.643)	(111.657)
Aumento de capital	(9.926)	(4.342)
Redução capital social investidas	-	-
Dividendos Recebidos	28.008	5.246
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	**(302.778)**	**108.660**
Partes Relacionadas		
Amortização de Empréstimos	(201.765)	(41.340)
Pagamento de custo de captação de debêntures		
Pagamento de juros de debêntures		
Ingressos de Empréstimos	202	150.000
Ingressos de debêntures	-	
Pagamento debêntures	(99.990)	
Resgate Fundo de Investimento - FIDC		
Dividendos Pagos	(1.225)	
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(352.870)**	**(77.180)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**917.464**	**564.594**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**564.594**	**487.414**

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$ Mil

Ativo	31/12/2017	31/03/2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	462.466	391.846
Contas a receber de Clientes	1.381.421	1.400.659
Ativo indenizatório - concessão		
Estoques	9.549	11.120
Tributos a recuperar ou compensar	73.310	83.965
Subsídio Dec. nº 7.891/13		
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA		
Outros Créditos	1.785.473	1.740.902
	3.712.219	**3.628.492**
Não circulante		
Contas a receber	35.380	40.950
Ativo indenizatório - concessão	394.934	373.966
Tributos a recuperar ou compensar	18.217	22.062
Tributos diferidos	641.806	641.220
Depósitos Judiciais	143.465	156.469
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA		
Outros Créditos	3.524	3.806
Intangível	3.164.619	3.206.982
	4.401.945	**4.445.455**
Total do ativo	**8.114.164**	**8.073.947**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	31/03/2018
Circulante		
Fornecedores	828.637	756.016
Empréstimos e Financiamentos	88.057	203.050
Debêntures	101.648	105.499
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	199.630	184.338
Tributos e contribuições sociais a recolher	189.463	220.267
Dividendos Propostos	7.919	7.919
Taxas Regulamentares	2.677.229	2.524.065
Mútuo - Coligada e Controlada	45.454	46.358
Passivo Atuarial	139.247	136.993
Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	4.638	993
Partes Relacionadas	19.732	10.095
Outros Passivos	47.385	54.029
	4.349.039	**4.249.622**
Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	42.409	36.917
Debêntures	99.883	99.974
Tributos e contribuições diferidos		
Taxas Regulamentares	154.583	166.918
Mútuo - Coligada e Controlada	-	
Passivo Atuarial	1.738.673	1.720.751
Provisão para Contingências	611.433	625.499
Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	21.689	38.388
Outros Passivos	2.476	2.476
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	41.060	39.872
	2.712.206	**2.730.795**
	7.061.245	**6.980.417**
Patrimônio líquido		
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Lucros/Prejuízos Acumulados		57.395
Reservas de Lucro	704.067	687.283
Ajuste de avaliação patrimonial	(704.738)	(704.738)
	1.052.919	**1.093.530**
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.114.164**	**8.073.947**

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Em R$ Mil

	1T17	1T18	Var %
Receita Operacional Bruta	**2.591.844**	**2.900.617**	**11,9%**
Fornecimento de Energia Elétrica	1.680.845	1.687.773	0,4%
Suprimento de Energia Elétrica	62.283	74.815	20,1%
Ativo Regulatório	(209.217)	(4.423)	97,9%
Energia de Curto Prazo	34.019	41.502	22,0%
Disponibilização de Rede Elétrica	789.877	814.666	3,1%
Doações e Subvenções	135.907	187.512	38,0%
Renda de Prestação de Serviços	521	598	14,8%
Serviço Taxado	2.875	3.140	9,2%
Outras Receitas	753	596	
Receita de Construção	93.981	**94.438**	**0,5%**
Deduções da Receita Operacional	**(1.084.144)**	**(1.158.979)**	**6,9%**
ICMS	(531.774)	(535.193)	0,6%
PIS/COFINS	(230.045)	(259.477)	12,8%
CDE	(295.056)	(344.537)	16,8%
P&D	(7.065)	(8.233)	16,5%
PEE	(7.065)	(8.233)	16,5%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.631)	(1.659)	1,7%
Outros Encargos	(11.508)	(1.647)	-85,7%
Receita Operacional Líquida	**1.507.700**	**1.741.638**	**15,5%**
Custos com Energia Elétrica	**(1.014.971)**	**(1.277.756)**	**25,9%**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(875.729)	(998.949)	14,1%
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão	(102.531)	(239.280)	133,4%
PROINFA	(36.711)	(39.527)	7,7%
Recuperação de Despesas		-	
Custos e Despesas Operacionais	**(345.371)**	**(347.601)**	**0,6%**
Pessoal e Administradores	(133.181)	(138.110)	3,7%
Despesa Atuarial	(16.695)	(6.517)	-61,0%
Material	(3.345)	(3.079)	-8,0%
Serviço de Terceiros	(41.330)	(44.857)	8,5%
Depreciação / Amortização	(49.376)	(51.303)	3,9%
Provisão de PCLD	(9.207)	(10.051)	9,2%
Reversão de Provisão de PCLD	4.334	292	-93,3%
Provisão de Outros	(26.299)	(14.529)	-44,8%
Reversão de Provisão de Outros	2.994	4.103	37,0%
Outras Receitas / Despesas	20.715	10.888	-47,4%
Custo de Construção	(93.981)	**(94.438)**	**0,5%**
Resultado das atividades - EBIT	**147.358**	**116.281**	**-21,1%**
Margem das atividades (%)	9,8%	6,7%	
EBITDA	**196.734**	**167.584**	**-14,8%**
Margem EBITDA (%)	13,0%	9,6%	
Resultado Financeiro	**6.627**	**(18.542)**	**-379,8%**
Receita Financeira	66.335	38.965	-41,3%
Despesa Financeira	(59.708)	(57.507)	-3,7%
LAIR	**153.985**	**97.739**	**-36,5%**
IR e CSLL	(21.264)	(39.758)	87,0%
IR e CSLL Diferido	(37.530)	(586)	
Lucro Líquido	**95.191**	**57.395**	**-39,7%**
Margem Líquida (%)	6,3%	3,3%	

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R$ Mil
	12M17	**3M18**
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**96.713**	**97.739**
Itens que não afetam o caixa:	**727.300**	**130.066**
Amortização	200.322	51.302
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(2.328)	(596)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	47.998	9.759
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20.770	14.066
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	334.698	37.791
Custo Debêntures	365	91
Provisão para Plano de Benefícios Pós-Emprego	73.047	6.517
Baixa de ativos	52.428	11.136
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	**(977.486)**	**(2.591)**
Contas a Receber de Clientes	(199.849)	(50.722)
Estoques	285	(1.571)
Tributos a Recuperar	45.090	(14.500)
Depósitos Judiciais	(36.535)	(13.004)
Recursos CDE / Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(303.171)	15.285
Ativos Financeiros	(412.438)	33.546
Outros Créditos	(70.868)	28.375
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	**575.836**	**(305.214)**
Fornecedores	210.862	(72.621)
Salários e Encargos Sociais	(67.889)	(16.480)
Tributos e Contribuições Sociais	58.269	4.449
Taxas Regulamentares	144.110	(159.018)
Previdência Privada	2.716	(9.637)
Passivo Atuarial	(59.576)	(38.059)
Passivos Financeiros	288.746	(20.492)
Outros Passivos	(1.402)	6.644
Caixa Proveniente das Operações	**422.363**	**(80.000)**
Juros Pagos	(55.489)	(2.640)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(67.341)	(13.403)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**299.533**	**(96.043)**
Atividades de Investimento	**(416.401)**	**(83.237)**
Aquisição de Bens da Concessão	(416.401)	(83.237)
Atividades de Financiamento	**(301.553)**	**108.660**
Ingressos de Recursos	202	150.000
Ingressos de Partes Relacionadas	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(301.755)	(41.340)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP	-	
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(418.421)**	**(70.620)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**880.887**	**462.466**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**462.466**	**391.846**

CELESC GERAÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$ Mil

Ativo	31/12/2017	31/03/2018	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	31/03/2018
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	77.080	71.822	Fornecedores	2.931	2.784
Contas a receber	18.358	19.613	Tributos e contribuições sociais	19.283	7.599
Estoques	183	183	Dividendos Propostos	11.628	11.628
Tributos a recuperar ou compensar	466	2.300	Taxas Regulamentares	386	422
Outros Créditos	248	126	Debêntures	150.685	150.901
Ativo Financeiro	30.277	28.467	Partes relacionadas	1.103	955
Despesas Antecipadas			Outros Passivos	67	67
	126.612	**122.511**		**186.083**	**174.356**
Não circulante			**Não circulante**		
Partes relacionadas	45.942	46.846	Tributos Diferidos	9.613	11.171
Tributos a recuperar e/ou diferidos	1.223	1.289	Taxas Regulamentares	2.027	2.142
Depósitos Judiciais	342	342	Provisão para Contingências	1.002	1.002
Investimentos	51.058	55.407	Debêntures	-	-
Intangível	3.490	3.266			
Imobilizado	151.631	151.826			
Ativo Financeiro	241.886	245.329		**12.642**	**14.315**
Outros Créditos	2.421	2.421			
Indenização Concessão					
	497.993	**506.726**	**Total Passivo**	**198.725**	**188.671**
			Patrimônio líquido		
			Capital Social Realizado	250.000	250.000
			Lucros/Prejuízos Acumulados		15.510
			Reservas de Lucro	158.251	158.251
			Ajuste de avaliação patrimonial	17.629	16.805
				425.880	**440.566**
Total do ativo	**624.605**	**629.237**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**624.605**	**629.237**

CELESC GERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	1T17	1T18	Var %
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	**36.267**	**38.285**	**5,6%**
Fornecimento de Energia Elétrica	6.672	9.097	36,3%
Suprimento de Energia Elétrica	15.480	15.654	1,1%
Energia de Curto Prazo	4.162	3.967	-4,7%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	9.953	9.567	-3,9%
Deduções da Receita Operacional (R$ mil)	**(3.440)**	**(3.833)**	**11,4%**
ICMS	-	-	
PIS/COFINS	(2.948)	(3.244)	10,0%
Comp. Financ. p/ Utiliz. De Recursos Hídricos	(220)	(316)	43,6%
RGR e P&D	(181)	(207)	14,4%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(91)	(66)	-27,5%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	**32.827**	**34.452**	**5,0%**
Custos com Energia Elétrica (R$ mil)	**(4.359)**	**(5.472)**	**25,5%**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.784)	(4.892)	29%
Encargos do Uso do Sistema	(575)	(580)	0,9%
Custos e Despesas Operacionais (R$ mil)	**(9.451)**	**(5.141)**	**-45,6%**
Pessoal, Administradores	(3.671)	(2.888)	-21,3%
Material	(64)	(43)	-32,8%
Serviço de Terceiros	(1.832)	(1.828)	-0,2%
Depreciação / Amortização	(3.635)	(1.417)	-61,0%
Provisões, líquidas	(60)	1.130	1983,3%
Outras Receitas / Despesas	(189)	(95)	-49,7%
Provisão / Reversão Teste Impairment, líquidas	-	-	
Resultado Equivalência Patrimonial (R$ mil)	**11**	**7**	**-36,4%**
Resultado das Atividades - EBIT (R$ mil)	**19.028**	**23.846**	**25,3%**
Margem das atividades (%)	58,0%	69,2%	
EBITDA (R$ mil)	**22.663**	**25.263**	**11,5%**
Margem EBITDA (%)	69,0%	73,3%	
Resultado Financeiro (R$ mil)	**(3.915)**	**(1.607)**	**59,0%**
Receita Financeira	2.176	1.960	-9,9%
Despesa Financeira	(6.091)	(3.567)	-41,4%
LAIR (R$ mil)	**15.113**	**22.239**	**47,2%**
IR e CSLL	(4.284)	(5.996)	
IR e CSLL Diferido	(845)	(1.557)	
Lucro Líquido (R$ mil)	**9.984**	**14.686**	**47,1%**
Margem Líquida (%)	30,4%	42,6%	

CELESC GERAÇÃO S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R$ Mil
	12M17	**3M18**
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição S	**75.260**	**22.239**
Ajustes	**38.656**	**2.732**
Depreciação	15.748	1.417
Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado	2.124	
Equivalência Patrimonial	3.209	(7)
Ganhos/perdas com Participações Societárias	-	
Provisões para Contingências	63	
Reversão/Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	(3.092)	
Realização de Provisão para Perdas	-	
Variações Monetárias	14.435	3.356
Receita Financeira Mútuo		(904)
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	6.169	(1.130)
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	**(55)**	**(1.946)**
Contas a Receber de Clientes	12.341	(125)
Tributos a Compensar ou Recuperar	(1.836)	(310)
Estoques	(11)	-
Depósitos Judiciais	(193)	-
Ativo Financeiro	30.461	7.934
Ativo Financeiro Atualização	(40.808)	(9.567)
Outros Ativos	(9)	122
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	**(4.355)**	**(156)**
Fornecedores	(4.567)	(147)
Taxas Regulamentares	463	217
Tributos e Contribuições Sociais	95	(78)
Outros Passivos	(346)	(148)
Caixa Proveniente das Operações	**109.506**	**22.869**
Juros pagos e recebidos	(18.996)	(19.191)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.348)	(3.140)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**82.162**	**538**
Atividades de Financiamento	**(7.165)**	**-**
Ingressos de Debêntures		
Dividendos pagos e Juros sobre capital proprio - JCP	(7.165)	
Atividades de Investimento	**(16.508)**	**(5.796)**
Aquisição de Investimentos	(9.925)	(4.342)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(5.828)	(1.358)
Aquisição de Intangível	(1.224)	(96)
Partes Relacionadas - Contrato Mútuo	-	
Dividendos recebidos	469	
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	**58.489**	**(5.258)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**18.591**	**77.080**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**77.080**	**71.822**

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$ Mil

Ativo	31/12/2017	31/03/2018
Circulante		
Caixa e Bancos	530	4.485
Aplicações Financeira	917	28.482
Numerário em Trânsito	605	6.428
Fornecimento de Gás	36.662	45.492
Provisão Devedores Duvidosos	(4.292)	(4.302)
Tributos a Compensar	1.438	3.166
Estoques	2.209	2.594
Depósitos Judiciais	-	-
Outros Créditos	897	709
Pagamento Antecipado	1.201	3.356
	40.167	**90.410**
Não circulante		
Aplicação Financeira	1.947	1.974
Crédito SOP/TOP	9.766	14.329
Imposto a Recuperar	52.144	54.465
Deposito Judicial	2.337	2.262
Outros Devedores	112.308	-
Intangivel em Serviço	179.541	168.931
Intangível em Formação	8.544	9.157
Almoxarifado Obras	7.490	8.106
Intangível Bens de Uso	-	6.190
Parcelamento Clientes	-	115.738
	374.077	**381.152**
Total do ativo	**414.244**	**471.563**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	31/03/2018
Circulante		
Fornecedores	83.820	106.325
Imposto e Taxas e Contribuições	2.495	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.610	8.518
Obrigações Tributária	-	2.815
Participação Financeira Terceiros	-	855
Encargos BNDS	-	81
Juros sobre Capital Próprio	-	
Financiamento e Encargos - BNDS	5.525	5.446
Provisões Passivas	2.800	2.801
Outras Obrigações	-	42.000
Adiantamento Clientes	855	
	105.106	**168.841**
Não circulante		
Imposto Diferido	206	190
Financiamento - BNDS	18.591	17.246
Outras Obrigações	-	430
Fornecedores de Materiais e Serviços	-	
Caução	471	
	19.268	**17.866**
	124.374	**186.707**
Patrimônio líquido		
Capital Social	167.968	167.968
Reserva Legal	30.118	30.118
Reserva de Retenção de Lucro	71.202	25.139
Reserva Estatutária	66.645	66.645
Reserva Capital		
Lucros Acumulados	(46.063)	(5.014)
Dividendos a disposição AGO		
	289.870	**284.856**
Total do passivo e patrimônio líquido	**414.244**	**471.563**

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R$ Mil

	1T17	1T18	Var %
Receita Operacional Bruta	**140.246**	**181.005**	**29,1%**
Deduções da Receita Operacional	32.217	40.414	25,4%
Receita Operacional Líquida	**108.030**	**140.591**	**30,1%**
Custo Variável	131.862	114.554	-13,1%
Custos Fixos	4.512	4.647	3,0%
Despesas com Vendas	2.606	1.876	-28,0%
Despesas Administrativas	7.068	7.004	-0,9%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(25.233)	10.845	143,0%
Resultado Operacional	**(12.786)**	**1.665**	**113,0%**
Depreciação e Amortização	6.996	7.536	7,7%
EBTIDA	**(10.442)**	**1.995**	**119,1%**
Margem EBTIDA	-9,67%	1,42%	
Resultado Financeiro	**1.172**	**(518)**	**-144,2%**
Receita Financeira	2.122	329	-84,5%
Despesas Financeiras	950	847	-10,9%
LAIR (R$ mil)	**(18.610)**	**(6.388)**	**-65,7%**
IR e CSLL	-	1.208	
IR e CSLL Diferido	(6.327)	(2.583)	59,2%
Lucro Liquido	**(12.283)**	**(5.014)**	**-59,2%**
Margem Líquida (%)	-11,4%	-3,6%	

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARIA - SCGÁS		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R$ Mil
	12M17	**3M18**
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(46.063)**	**(5.014)**
Ajustes	**(4.035)**	**16.634**
Depreciação e Amortização	29.173	8.171
Constituição de provisão para contigências passivas	754	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.258	9
Constituição de provisão de fornecedores	-	-
Constituição provisão Impairment	(11.694)	10.363
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.913)	(2.583)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	387	674
Baixa de bens do intangível	-	-
	-	
Variações nos Ativos e Passivos	**7.782**	**(9.938)**
Contas a receber de clientes	(11.542)	(12.260)
Tributos a recuperar	(277)	(1.482)
Estoques	(235)	(385)
Tributos e Valores Mobiliários	291	(27)
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	40.452	(14.926)
Outas contas do ativo	(781)	(1.892)
Fornecedores	29.752	21.828
Obrigações tributáras	(4.048)	(659)
Imposto de renda e contribuição social	(41.603)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.556)	(113)
Cauções em garantia	329	(22)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(42.316)**	**1.682**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	**(25.986)**	**(4.979)**
Adições ao intangível	(25.986)	(4.979)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	**(30.760)**	**40.639**
Pagamento de dividendo e JSCP	(27.591)	-
Amortização empréstimos		(1.361)
Obtenção de Empréstimos	(3.169)	42.000
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(99.062)**	**37.342**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**101.114**	**2.052**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**2.052**	**39.394**